

SÃO PAULO

- 1. ELEMENTOS CENTRAIS DAS ENTREVISTAS**
- 2. QUESTÕES CENTRAIS RESULTANTES DOS TALLERES**
- 3. ELEMENTOS PARA UM MODELO DE COLETA SELETIVA COM EQUIDADE DE GÊNERO**

1. ELEMENTOS CENTRAIS DAS ENTREVISTAS

Aspectos centrais das entrevistas em profundidade do ponto de vista das relações de gênero em São Paulo

Foram realizadas 14 entrevistas em profundidade com catadoras e 6 entrevistas com catadores, consideradas com grupo de controle. Dentre as catadoras 4 eram avulsas, 3 organizadas em associações e 7 em cooperativas mais ou menos estruturadas e pleiteando convênio com o poder público municipal. Dentre essas, apenas uma cooperativa tem convênio pleno com o Departamento de Limpeza Urbana - Limpurb, órgão da Secretaria de Serviços da Prefeitura. Isso significa que tanto o local onde trabalham, quanto os caminhões da coleta seletiva e o lixo destinado provêm da Prefeitura, ou seja, trata-se de uma das centrais públicas de triagem da cidade, localizada na região sul.

Quanto à idade das entrevistadas, constatamos que 5 delas, a maioria, estão na faixa etária entre 50 e 55 anos; 3 delas, na faixa entre 25 e 29; uma com 31 anos; 2 delas entre 38 e 40 anos; uma delas com 48 e uma com 65 anos.

A maioria das entrevistadas tem Ensino Médio completo, perfazendo 11 delas; uma delas tem o Ensino Fundamental incompleto (fez até a sétima série); duas delas analfabetas, sendo uma semi-analfabeta, atualmente cursando educação de adultos.

Quanto à profissão anterior das catadoras entrevistadas, 3 delas foram metalúrgicas, uma delas se aposentou na profissão; 2 foram secretárias; uma costureira; 3 passaram pelo emprego doméstico; uma foi auxiliar de enfermagem e 3 passaram por outras profissões, como vendedora e operária.

A dimensão principal das relações de gênero no trabalho – peculiaridades da divisão sexual do trabalho entre as catadoras

A percepção da divisão sexual do trabalho ou divisão do trabalho por gênero aparece nas entrevistas, às vezes reproduzindo o senso comum ou o padrão hegemônico de gênero, revelando ambiguidades entre o que se descreve com relação às diferentes posturas frente ao trabalho de homens e mulheres na coleta/ catação ou nas atividades de reciclagem, incluindo-se aí os estereótipos femininos e masculinos naturalizados e que muitas vezes, contraditoriamente, aparecem acompanhados da invisibilidade das diferenças reais, seja pelo espanto com relação ao questionamento (“nunca tinha pensado nisso antes”), redundando numa resposta sem muita firmeza; seja na resposta supostamente correta de que todos são iguais ou “não tem diferença” entre homens e

mulheres nesse tipo de trabalho.

Não obstante, uma leitura mais acurada descortina aspectos essenciais da postura das mulheres frente às atividades, o que vem corroborar o que os estudos sobre a divisão sexual do trabalho apontam: a socialização das mulheres para fazer muitas atividades simultâneas, ou mesmo para executarem uma diversidade de tarefas circulando entre o espaço do mercado e o espaço doméstico, um olhar geral para os cuidados com o entorno, são características do trabalho na esfera da reprodução, tradicionalmente a cargo das mulheres, trazidas para o espaço público. O denominado trabalho de cuidados¹ é naturalizado e apropriado seja no espaço do trabalho remunerado, seja no espaço doméstico, não como habilidade duramente adquirida, como qualificação, mas como o lugar comum “da força natural da mulher”. Ou seja, expressões laudatórias ainda se mesclam ao reconhecimento da real qualificação das mulheres, cuja gênese histórica se dá em meio à construção social de sua subalternidade social.

Tais ambiguidades no discurso nos sujeitos da pesquisa precisam ser apreendidas a fim de, cada vez mais, seja possível explicitar que tarefas, ações e atitudes 'ditas femininas' podem ser compartilhadas socialmente. Tais componentes aparecem claramente com ênfase no trabalho das catadoras e podemos discutir ao final a hipótese desse trabalho ser ressignificado, ou potencializado, na direção da sustentabilidade da vida humana a partir da desconstrução da naturalização e reconhecimento da qualificação múltipla do trabalho das catadoras, especialmente suas habilidades na triagem.

Nesse sentido, a entrevista 6, com uma dirigente de uma nova cooperativa na zona sul da cidade, traz uma perspicaz observação dessa capacidade das mulheres quando perguntada se há diferenças no trabalho das mulheres e dos homens seja quanto às tarefas desenvolvidas, seja quanto à aceitação das mulheres em tarefas consideradas tradicionalmente masculinas:

“Apesar que é mais a mulher que trabalha. Porque o homem é assim, se ele vai, por exemplo, colher o material na rua ele quer só pra trazer o material até aqui. A mulher não, a mulher vai lá, ela bate na casa, ela pede o material, ela põe dentro do bag, ela ensaca, ela arruma. Agora o homem não, o homem se ele fala que ele vai fazer isso é só isso, ele não faz vários trabalhos. Eu acho que a mulher ela é muito mais, ela faz vários tipos de trabalho e mesmo que canse ela faz”.

¹ Conceito desenvolvido por Carrasco, Cristina, no texto “A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?” Apresentado no Fórum Social Mundial, 2002.

Esse depoimento revela também que o costume de divisão rígida de tarefas não faz parte da experiência feminina cotidiana, além disso, o trabalho das mulheres é em grande parte informal e essa atitude que a entrevistada observa na cooperativa em formação advém também da socialização masculina para o trabalho formal, baseado no modelo fabril, onde a delimitação das tarefas e das funções eram comuns, um mundo do trabalho que já está muito distante da realidade e que cada vez mais se espelha na informalidade e na indivisibilidade e multiplicidades dos trabalhos das mulheres que tradicionalmente estão sempre “se virando”.

A mesma entrevistada opina que nas tarefas de venda do material da cooperativa e negociação de preços “a mulher faz muito melhor”. Indagada se isso é geral, ela enfatiza:

“A mulher ela faz sem querer tirar vantagem, o homem ele sempre faz querendo tirar vantagem, é raro o homem que se dedica sem tirar vantagem, entendeu? Agora a mulher, assim, a mulher faz na intenção de ajudar o outro, de ir pra frente...”

Com relação à negociação para venda do material e às informações sobre os preços dos diferentes tipos de materiais as catadoras também valorizam o empenho e a capacidade das mulheres, mesmo que em muitos lugares essa tarefa ainda seja destinada aos homens.

Nessa mesma direção, já na primeira entrevista realizada aparece a observação dessa atitude das mulheres em buscar solução pra suas necessidades e de encontrar alguma forma de gerar renda ou de terem a iniciativa de buscar trabalho onde houver.

As diferenças são mais percebidas porque há mais mulheres que saem para trabalhar e desenvolvem atividades junto com os homens *permitindo comparação*:

“Pra te falar a verdade eu estou numa cooperativa e a gente vê mais força de vontade de aprender, de trabalho das mulheres que dos homens. Eu acho que se eu pegar lá dentro uma mulher e botar pra dirigir a empilhadeira, ela vai aprender mais rápido do que os homens que eu estou treinando... Infelizmente muita gente fala que a mulher é o sexo frágil. Eu creio que não.”

Uma das entrevistadas (entrevista n° 2), que trabalha com o companheiro coletando na rua e comercializando em conjunto com uma associação, também observa diferenças nas atitudes e modos de encarar o trabalho entre homens e mulheres:

“Tem homem que não gosta de separar, gosta mais de puxar carroça, eles separam às vezes porque não tem ninguém para separar pra eles, daí tem obrigação de separar, porque não pode ficar muito tempo também o material acumulando aí, que o material vai estragando”.

Outra catadora cooperada afirma que é possível dividir o trabalho com mais equidade exemplifica dizendo que nesse local, nos boxes, há duplas trabalhando juntas e tem normalmente um homem e uma mulher.

Deise, da Cooperativa Vira Lata, tem opinião diferente:

“Olha dentro da Cooperativa não tem diferença não, porque o trabalho que a mulher faz o homem faz também e vice-versa. Nós temos mulheres que coletam na rua também. Eu coletava na rua, o caminhão passando e eu pegando e jogando dentro do caminhão”.

A catadora da Coopercrescer apresenta a sua percepção das diferenças do trabalho dos homens e das mulheres na triagem, observa que:

“ Porque a mulher é mais cuidadosa, né... E homem não, homem é largado, né. Que nem com esses vidros aqui. Eu estou aqui em baixo porque? Porque desceram uns vidros, misturava todos os vidros e a carga às vezes voltava, então não pode voltar. né. Mas foi um homem que separou. Aí eu tive que descer para arrumar o serviço dele. Aí toquei 3 meses. Porque até o homem que trabalha com a San Marino que vem pegar caçamba toda semana falou: Eu gosto de gente caprichosa, eu gosto de trabalhar com mulher porque é caprichosa. Tem pressa para entregar carga, mas também não pode fazer as coisas mal feitas”.

Nesse discurso fica claro como as indústrias compreendem, se utilizam e se beneficiam das habilidades adquiridas pelas mulheres ou seja sua qualificação para a triagem, reforçando a divisão sexual do trabalho encoberta, nesse exemplo acima, pelo elogio naturalizador do 'capricho' feminino. Quanto à capacidade de negociação, encontramos relato que expressa uma certa distância até mesmo física dos homens que negociam, vendem e administram, o que a nosso ver, independente da intenção, revela um maior poder de decisão masculino que reproduz a tradicional divisão de poder: “...os encarregados ficam lá em cima.... Eu acho que é mais fácil pra eles, eles já tem um grau melhor....”

Quanto às diferenças mais observadas nas atividades de trabalho mais corriqueiras, tais como coleta, separação e comercialização, as catadoras consideram-se capazes atualmente de realizá-las, ainda que persistam as preferências masculinas pelas atividades externa e uma naturalização da triagem como atividade para mulheres.

Numa cooperativa na zona sul da cidade, organizada pela subprefeitura, como central de triagem, onde trabalham 42 pessoas se reproduz a tradicional divisão sexual do trabalho e parece haver uma hierarquia na cooperativa e interferência maior da Prefeitura em suas exigências de metas e turnos, via Departamento de Limpeza Pública da Secretaria de Obras da Prefeitura de São Paulo – Limpurb:

“As mulheres ficam mais na esteira triando, uma fica aqui na cozinha para fazer a limpeza, para esquentar as marmitas e os homens fazem a coleta, é bom pra pegar peso”.

Também catadoras avulsas indicam problemas e diferenças entre mulheres e homens na catação na rua, especialmente em torno da sociabilidade entre si e na relação com os materiais que coletam. A 15ª entrevistada que trabalha como avulsa comenta alguns desses aspectos:

“ E com as mulheres é tudo bem, a gente, se está na rua e vê um material que eu não pego e ela pega, a gente diz vai lá na rua tal e às vezes até troca, então é uma colaboração entre mulheres....”

“...já onde eu moro e trabalho eu acho que nós, tudo que a gente faz é mais limpinho, mais arrumadinho, então a gente...igual que se eu estou trabalhando, separando, amontoando pra poder vender, então meu material é coberto, é protegido da chuva pra que não tenha criadouro de inseto,depois que o material é vendido todo o terreno é limpo,cuidado, arejado pra que receba novamente o material. Então eu vejo, na hora da venda é tudo separadinho, e eu vejo o carrinho dos homens não é assim não, é bem bagunçado mesmo, o trabalho deles é de qualquer jeito.”

A preocupação predominante que está presente na cabeça da maioria das catadoras pode ser atribuída a aspectos das diferenças de gênero, agravadores da sobrecarga de trabalho de cuidados com os filhos e com o espaço doméstico, que se manifesta também como sobrecarga psíquica ao se verem sós nas chamadas obrigações domésticas:

“Tem diferença porque o homem gosta de fazer a coleta, não gosta muito de estar na área separando... . Se ele fica concentrado ali, e muitas vezes a gente conversa, 'ai, mas eu tô perdendo tempo! Em qualquer lugar ele fala eu estou perdendo tempo, tem que buscar aquele material lá no centro, sei lá onde. Talvez seja menos material pra buscar do que aquele que temos pra separar, mas ele acha que se for está ganhando mais tempo”.

A mulher, a gente não gosta muito de sair longe não, a gente gosta mais de ficar próximo mesmo, fazer a coleta seletiva mais próxima dali da onde a gente está. Porque acho que é uma visão geral, que a gente tem mais aquela vontade de estar mais perto de casa, de estar mais perto dos filhos, da escola. Então se a gente vai pra muito longe: ' será que vai dar tempo de eu chegar pra buscar meu filho na escola, de eu buscar na creche? ... A mulher acha mais fácil estar mais próximo de onde a gente, mora, trabalha e vive. Enquanto os homens não tão nem um pouco preocupados podem ir longe....’²

O catador avulso ressalta “a sua movimentação” ou seja, sua capacidade de resolver vários problemas e realizar mais atividades do que sua companheira. De modo oposto, a coordenadora da cooperativa mencionada com destaque inicialmente, ressalta a **capacidade e disposição das mulheres para serem multi-tarefas e sua maior cooperação e resolutividade.**

Interdependência entre o espaço de trabalho remunerado e o trabalho doméstico

Uma das questões mais importantes para descortinar o peso da dimensão de gênero especialmente quanto à divisão sexual do trabalho, diz respeito ao uso do tempo no cotidiano, uma vez que possibilita enxergarmos as desigualdades de gênero que circulam e se interconectam entre os espaços público e privado remarcando, de modo geral, a sobrecarga de trabalho e a subalternização das mulheres.

É indiscutível que o cotidiano de homens e mulheres na cidade, nas classes subalternas é árduo e precário. Isso é mais marcante para catadores e catadoras, os quais, por exemplo, em sua maioria dentre os entrevistados, fazem o trajeto a pé. Mesmo os que trabalham em cooperativas e associações e principalmente os que moram em pensão e albergue, mas também os que têm moradia alugada ou própria ir e voltar caminhando para o trabalho é a situação que mais apareceu nas entrevistas, sejam catadoras/es

² Negritos nossos.

avulsas/os ou organizadas/os.

Além do mais, o trabalho de catação principalmente na rua ou mesmo em cooperativas, nas condições atuais, no município de São Paulo, é bastante pesado e desgastante para ambos os sexos.

Não obstante, os padrões hegemônicos de gênero acentuam a sobrecarga de trabalho das mulheres trazendo impactos no espaço público e no mercado de trabalho. Como vimos no item anterior, os relatos das catadoras de que não podem se deslocar para muito longe, porque têm filhos e precisam buscá-los na escola, cuidar deles se estão doentes, preparar as refeições, além do restante do **serviço doméstico condiciona suas possibilidades, tanto no espaço do trabalho remunerado, quanto na vida doméstica.**

Os arranjos familiares na maioria das catadoras entrevistadas não as aliviam das tarefas domésticas e as limitam nas possibilidades de trabalho ao pressionarem seu cotidiano. Vemos que sua condição de responsabilidade pelo trabalho de cuidados não é reconhecida pelos parceiros conjugais e de trabalho expressando nada mais do que a **invisibilidade característica do trabalho doméstico, o qual por não ser reconhecido socialmente como trabalho, além de não pago, constrange as possibilidades e até mesmo as expectativas das mulheres frente ao trabalho remunerado.**

Assim, na vida familiar, a alteração da divisão do trabalho doméstico com os companheiros necessita de muita negociação, que nem sequer é demandada pelas mulheres em geral, e especialmente pelas catadoras, já que naturalizam essa condição, ou se conformam a ela como sendo seu dever inato. E observamos que, em geral, elas ficaram surpresas nas entrevistas quando solicitadas que estimassem o tempo gasto com as tarefas domésticas e com o trabalho remunerado.

No Brasil, estudos recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD que realiza de dois em dois anos entrevistas aprofundadas sobre as condições de vida e trabalho nos domicílios - começou-se a perguntar quanto tempo homens e mulheres gastam no trabalho remunerado e no trabalho doméstico. Essas questões foram estimuladas pelas pesquisadoras e são também essenciais para o debate da socialização do trabalho no espaço familiar entre todos, iluminando o que tem se mostrado um dos pilares das desigualdades de gênero.

Além disso, a responsabilidade do Estado nessa socialização é outro eixo relevante para a desconstrução das desigualdades entre homens e mulheres, quando garantir efetivamente equipamentos coletivos, como creches, escolas em tempo integral, restaurantes populares, dentre outros.

A pesquisadora Bila Sorj, socióloga da Universidade Federal do Rio de Janeiro, analisando os dados da PNAD divulgada em 2006, constatou que as mulheres brasileiras gastam, em média, 35 horas por semana em afazeres domésticos e os homens, 9 horas. Leia-se em trabalho remunerado e trabalho doméstico e de cuidados.

Mas voltemos a destacar esses aspectos no depoimento das catadoras entrevistadas. Muitas delas vivem só, são responsáveis pela família, têm filhos, outras convivem com companheiro, mas são elas as que sustentam a casa nos casos em que os filhos são de uniões anteriores; várias vivem em um quarto de pensão pelo qual pagam aluguel ou em casa cedida no quintal familiar, ou seja, no mesmo terreno há uma casa principal que pertence a pais ou avós das entrevistadas.

Uma das catadoras avulsas afirma que quando os filhos ficam doentes são elas quem cuidam, desde pequenos, porque não tem muito contato com o pai das crianças. Afirma gastar em média, 1h30 todo dia nessas tarefas, e não computou o trabalho no final de semana. Diz trabalhar 10 horas por dia entre catando e triando.

Essas respostas sobre uso do tempo não foram muito precisas quanto ao tempo gasto em cada tarefa porque a maioria das entrevistadas nunca pensou nisso antes e lhes é difícil estabelecer uma contabilização de horas gastas nos afazeres domésticos.

Além disso, deveríamos computar no quesito uso do tempo, 2 horas caminhadas por dia, em média, pelas catadoras e muitos dos catadores também, entre o local de moradia e o de trabalho.

Uma das organizadoras da Coopergaia dedica tempo de trabalho à associação onde é monitora, dedica um dia por semana, além de fazer outro trabalho voluntário. *Não tem tempo livre para cuidar de si mesma.*

Nota-se que essa entrevistada é uma pessoa pró-ativa que resolve problemas da família, da cooperativa e da comunidade, mas afirma que, em sua casa, nas decisões sobre em que gastar e na contribuição nas despesas da família todos decidem juntos, que todos são responsáveis pelos gastos da casa, que homem e mulher *“gasta igual, a gente põe na balança”*. **Mas exemplifica, quase ao acaso, como as mulheres são mais responsáveis nos gastos com os proventos da família:** *“Agora se a gente vê ele gastando à toa a gente cobra porque agora, com esse negócio de maquininha aí, o marido tem tendência pra gastar e a gente pega no pé toda hora, a gente vê, a gente vai lá e tira ele”*.

Outro exemplo significativo é o da coordenadora da Associação Magnolia Dei. Além do trabalho com catadores, atua no Fórum de Catadores da Zona Leste e computa essas horas como trabalho voluntário para a comunidade, mas trata-se de um trabalho social,

não um emprego remunerado. Para ela, tais atividades configuram uma 'profissão'. Sem dúvida pelo seu discurso não muito linear, atualmente trabalha em média 12 horas por dia.

Evidenciar esse aspecto é necessário para lembramos essa característica da divisão sexual do trabalho: sempre há alguma mulher no trabalho doméstico e de cuidados, a mãe, a sogra e, em geral, a avó.

A partir desses dois tópicos podemos concluir que é necessário questionar e construir práticas de alteração e mesmo de superação da divisão sexual do trabalho tradicional.

Para isso, visibilizar a interdependência do mundo da produção com o de reprodução deveria ser um eixo fundamental da formação para um mundo mais igualitário, solidário e sustentável, pois as esferas pública e privada são articuladas e determinantes para garantir o funcionamento da sociedade. Alterar o modo de conceber o conceito de trabalho, ampliando-o para além da esfera do mercado de trabalho contribui para reconhecer a dedicação e o trabalho das mulheres como fundamental para a sustentabilidade da vida humana. Contribui também para pensarmos mecanismos de socialização do trabalho doméstico com os homens e com a sociedade, assim garantindo às catadoras mais tempo livre para estudar, para descansar e ter atividades de lazer e ampliar sua participação política e social.

Questões centrais em torno da coleta seletiva na cidade e sua organização em cooperativas na visão das catadoras/es

Na gestão do PT em São Paulo (2001-2004) houve incentivo e todo um debate para a formação de cooperativas de catadores como forma de prestação de serviços no setor da coleta seletiva, triagem e pré-beneficiamento de materiais recicláveis. Porém, a gestão atual da prefeitura colocou este processo em ritmo lento ou em compasso de espera. Pelo menos nos últimos 4 anos o processo de convênios com a Limpurb foi secundarizado, adiando a extensão da coleta seletiva na cidade por meio de convênios com cooperativas ou a ampliação do número de centrais de triagem de recicláveis.

Essa questão aparece com destaque no discurso das entrevistadas como uma meta buscada ativamente, resultado de muita luta, mas frustrada pela política da atual gestão, o que, juntamente com a crise econômica, que teve seu ápice em 2009, refletiu no cotidiano de trabalho das cooperativas formadas ou em formação. Um exemplo típico da expectativa e luta para conseguir um convênio com a prefeitura, bem como da dificuldade diante do recuo da prefeitura do município aparece na narrativa de Deise:

“Eu não consegui mais emprego, aí quando eu descobri que existia centrais de

reciclagem em outros lugares eu resolvi procurar e descobri que na subprefeitura do Campo Limpo, nem em M'Boi (bairro de São Paulo) não existia, e eu fui procurar em outros lugares e eles falaram: "não, vai na sua região e procura porque lá tem", só que eu vim procurar e não tinha, e aí me informaram que a gente tinha que se documentar, aí eu me documentei e nós estamos todos documentados só que a prefeitura até hoje não aceitou fazer o convênio conosco."

"Olha, como a gente tinha esperança de convênio então nós alugamos o espaço na esperança de que a Limpurb e a prefeitura acompanhasse, aí nós começamos a acompanhar todas as reuniões, reuniões de fórum [de catadores]. Onde tinha reunião a respeito de reciclagem nós fomos atrás pra conseguir esse convênio e até hoje não conseguimos."

"A princípio seria o convênio da reciclagem, se ficar o convênio no Campo Limpo, no M'Boi seria a melhor coisa pra reciclagem porque a gente sabe que 100 pessoas passam a ter um salário, um salário razoável."

"Quatro anos que a gente está tentando se conveniar. Nós já tínhamos o espaço cedido pela prefeitura, era um antigo sacolão do Mitsutami, ele já estava reformado até com a luz, o cabo de luz que precisa pra ligar o maquinário só que eu não sei qual foi o motivo, esse ano, a prefeitura desistiu."

"Não explicaram, disseram que não e não e não. Inclusive toda a documentação a gente já fez dentro desse endereço porque já estava destinado! Está reformadinho pra reciclagem e este ano eles disseram que não e não disseram o motivo. Aqui [no galpão alugado] nós pagamos quatrocentos reais só de aluguel"

"Tem cooperativa que não seguiu as pontas. Fechou. " ...Olha, aqui no Vira-Lata são mais ou menos 52 pessoas formalmente. Tem pessoas que trabalham aqui dentro e tem pessoas que trabalham fora. Então tem pessoas dentro da loja do Pão de Açúcar [grande rede de supermercados que possui pontos de coleta] da cooperativa, que separam o material pra já trazer o material pré-separado, pré-triado. O (associação) Vira-Lata tem um convênio com a Limpurb. Bom, o local é alugado e eles que pagam, tem caminhões..."

No caso de uma Central de Triagem da zona sul, que já está constituída e tem

cooperativa formada, há problemas relevantes quanto à falta de autonomia ou de decisão conjunta com os cooperados e, além disso, as condições concretas das instalações deixam muito a desejar. Apesar disso, a Limpurb impôs que se iniciasse o trabalho em 2 turnos, segundo o presidente da cooperativa. Também segundo a cooperada entrevistada, Marli:

“É a prefeitura que traz o material... Quando chegou aqui a gente já pensava que todo o terreno era da prefeitura. Não, só o galpão, as máquinas que tem aqui é da prefeitura [sub-prefeitura de Cidade Ademar] agora o terreno é do Limpurb e se a gente precisa, por exemplo, ligar a luz tem que falar com a Limpurb. Aqui a gente faz reunião de quem é que vai pra que canto. Dá pra retirar R\$500,00, R\$540,00, não dá pra passar mais. Tira o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Nossa, é muito cheio de gente, são 40 e poucas pessoas. A prefeitura mesmo que traz pra separar e além disso, a gente vai buscar no porta a porta. Para isso são 4 caminhões com 2 cooperados”.

Segundo o presidente da cooperativa:

“Tem 5 anos desde que a gente formou a cooperativa e não tinha energia pra trabalhar mais horas porque não tinha avenida. Só agora depois da gente vir batendo nisso ligou a luz... porque a Central é uma das maiores, então as de menor porte pensam que a gente tem tudo. Vamos ter que fazer turno. Essa semana ou a semana que vem. Eu mesmo que estou aí na frente das reuniões só queria começar no ano que vem. Mas a Limpurb exige já. Tem 43 cooperados... E mesmo assim já é difícil. Pra abrir outro turno tem que fazer banheiros, se concentrar mais 40, 50 pessoas....”

Aparecida, da Coopere, na região central, onde trabalha há pouco mais de 4 anos, veio de um dos núcleos de catadores formados pelo Recifran (associação de catadores). Atualmente a Coopere trabalha em 2 turnos. Ela recebe, trabalhando de segunda-feira a sábado, cerca de R\$700,00, no turno das 6 às 14hs, na triagem, descontados os 11% do INSS. O convênio com a prefeitura se dá por meio do fornecimento de caminhão para que os cooperados façam a coleta seletiva porta a porta. Nesse caso, a entrevistada afirma que a relação com os colegas de trabalho é realmente de cooperação. Trabalham com os equipamentos de proteção e uniforme. Afirma que a relação com a vizinhança do entorno é ótima. Fazem também um trabalho de educação ambiental. Ela mesma faz palestras em escola, condomínios:

“A gente mostra o valor que é o catador, entendeu. Aí eles reconhecem e colocam até campanha nas escolas”.

Entre as três catadoras avulsas entrevistadas e mesmo entre duas das catadoras organizadas há, desde desconhecimento, desânimo por falta de proteção social (seguridade social) e investimento do poder público na ampliação da coleta seletiva até a desconfiança de que na cooperativa alguns podem trabalhar menos e prejudicar quem trabalha mais e acreditam que ser 'avulsa' garante mais 'autonomia'.

“Aqui não tem nenhuma cooperativa. Nunca tive contato com nenhuma cooperativa. Agora numa cooperativa seria legal se todos trabalhassem da mesma forma, porque eu acho que todos teriam que trabalhar igual, para que todos tivessem igual participação na renda.”

Paradoxos do trabalho com a coleta seletiva e triagem de resíduos na visão das catadoras

Embora as catadoras entrevistadas (e os catadores do mesmo modo) afirmem que a catação de material reciclado nas ruas ou em cooperativas seja um trabalho digno, observa-se nas entrevistas que a maior parte delas iniciaram essa atividade porque estavam desempregadas ou em trabalhos que eram insuficientes para manter-se. Não querem ver os filhos nessa atividade, em sua maioria. Algumas delas têm filhos nessa atividade, mas as que se veem no futuro mantendo-se nessa atividade (e principalmente quanto ao que projetam para seus filhos) são, em geral, lideranças do processo de cooperativas que já estão mais organizadas e com uma visão maior do processo de reciclagem e suas possibilidades no futuro *“com as cooperativas em rede” e o poder público cumprindo seu papel*”.

Afirma que ela e depois os filhos foram entrando para a cooperativa e *“tomaram gosto pela reciclagem”*, após ela estar quase um ano como catadora avulsa.

“A gente passa a ensinar essas pessoas a importância da reciclagem, a importância da coleta seletiva e elas também aprendem. E cobram quando a gente não vai buscar... Porque nesse ciclo de amizade tinha muita gente desempregada, passando necessidade, quando nós fomos fazer educação ambiental e eles aprenderam que através do que eles jogam fora podem estar mantendo a casa deles. Eu acho isso muito importante. Eu

aprendi muito com isso, viu!”

Os entrevistados e entrevistadas valorizam este aspecto da consciência em fazer educação ambiental da população, que é um dos pilares de uma política pública voltada para o reaproveitamento e a recuperação de resíduos.

Esses trechos revelam momentos significativos das expectativas do trabalho de reciclagem e do reconhecimento do seu valor e potencial baseado em trajetórias reais.

Outra das entrevistadas mais jovem e sem filhos afirma gostar do trabalho de reciclagem em cooperativa, mas acha que deveria ter mais segurança que para ela é representada *“pelo registro na carteira”*.

Sonia, da Cooperativa Cantareira Viva, além de outras que observam a precariedade da situação atual das cooperativas sem a ação ou com a inação do poder público, enfatiza a necessidade de alteração das condições de trabalho com a reciclagem no sistema de cooperativas. Diz estar satisfeita com o trabalho, mas revela sua aspiração:

“...se a cooperativa viesse logo [refere-se ao convênio com a prefeitura] gostaria de trabalhar menos horas... descansar um pouco mais seria bom. Eu gostaria de mudar, de não fazer mais a coleta na rua que é o que mais desgasta a gente. Você anda muito faz' muito esforço e tal. Só com uma cooperativa que eu sei que isso tem condições de acontecer porque vai ter gente suficiente pra dividir a coleta e as pessoas podem ir em outros lugares, participar das reuniões etc.”

É possível afirmar que o desejo das catadoras, pelo menos daquelas que já tem alguma experiência seja como catadora organizada ou avulsa é realizar o trabalho coletivo da coleta seletiva, mas sem a precariedade e instabilidade com que ele é feito atualmente por falta de apoio do poder público. Em suma a sustentabilidade está no horizonte, questão que deixaremos para desenvolver mais a frente nas considerações finais.

A partir da experiência de catação na rua e depois como trabalhadoras nas cooperativas, somada à vivência de algum tipo de participação na comunidade ou em algum movimento, ou participação local em atividades de grupo, seja em postos de saúde ou conselhos de saúde de sua região, ou do movimento por moradia, por exemplo nos mutirões, dentre os citados nas entrevistas, essas trabalhadoras conseguem conceber uma forma mais satisfatória de trabalho para si e para a cidade que se beneficiaria da coleta seletiva organizada contemplando os catadores.

Uma questão que aparece em algumas entrevistas é que o trabalho como empregada

doméstica é bastante opressivo para as mulheres e também para as catadoras, mesmo quando se referem ao peso, à sujeira ou ao cansaço do trabalho de catar na rua se sentem mais livres do que no emprego doméstico. A esse tipo de trabalho não querem voltar: apontam mau tratos, desconfiança e suspeita por parte das patroas, humilhações, enfim; impossibilidade de autonomia e controle do seu tempo e limite na jornada de trabalho. Pelas entrevistas feitas parece que **as mulheres querem flexibilidade, mas sem precarização o que, ao menos em tese, a proposta de trabalho em cooperativas parece possível de proporcionar.**

A inserção social que as associações e as cooperativas proporcionam aos catadores como parte de um sistema público de coleta seletiva em sua forma mais avançada de estruturação pode significar mais dignidade do trabalho e o acesso a benefícios sociais. Essa reflexão como componente da sustentabilidade foi importante nos debates em grupo previstos na segunda etapa da pesquisa.

A saúde e os problemas decorrentes do trabalho no depoimento das catadoras

As catadoras apresentam como problemas de suas condições atuais de trabalho, sejam avulsas ou organizadas em cooperativas, os riscos de acidentes com materiais que não deveriam aparecer na atividade de triagem e de coleta, mas que ainda são encontrados frequentemente e por isso estão sujeitas à contaminação devido a agulhas e seringas, ou seja, resíduos hospitalares; vidros quebrados; risco de doenças como leishmanios etc. Mesmo que a maioria tenha acesso a luvas e outros equipamentos de proteção, além de terem acesso a vacinas nos postos de saúde, há o problema relatado por algumas catadoras que trabalham nas ruas de que o uso das luvas atrapalha a agilidade no trabalho e acabam por usá-las pouco.

O socorro em caso de acidente e a assistência à saúde é em geral precária. Nos casos de acidentes presenciados ou sofridos pelas entrevistadas alguém chama a ambulância do serviço público denominada Serviço de Atendimento Móvel de Emergência (SAMU) que encaminha a pessoa para algum hospital público. Porém, há relatos de trabalho de associações e cooperativas de catadores que se preocupam em fazer o vínculo com o serviço público de saúde de referência ou um posto de saúde público mais próximo. Em dois dos casos relatados nas entrevistas disseram ter matrícula no serviço de saúde próximo e visitas regulares de agentes de saúde ligados ao serviço ou, ainda, as que têm ligações com a comunidade local relataram desenvolver uma relação mais direta com pessoas dos serviços de saúde a quem possam recorrer quando necessário e que compreendam os problemas de saúde das/os catadoras de materiais recicláveis e o

atendimento seja mais humanizado.

Dulce, da Coopel menciona o cansaço e a sujeira como grandes problemas que gostaria de ver superados como o “*medo de acidentes com carroças*” etc.: ela almeja “*não estar puxando mais carroça*”; “*que a gente não se sujasse tanto*”.

Há problemas de saúde devido às condições de trabalho citados pelas catadoras que merecem ser mais investigados e ser objeto de discussão coletiva visando a prevenção e formação. Dona Tarsila (entrevista 14) por exemplo aponta alguns:

“...é problema de pele, começa a descascar, cabelo cai, tem muita queda de cabelo, não sei bem o porque...Até mesmo infecção de rim, que muita associação não tem um banheiro que está disponível que seja para mulher, então acaba tendo infecção de rim... Na rua, por exemplo, lá na baixada do Glicério tem os banheiros químicos lá que é difícil a higiene, aí a pessoa vai nos barzinhos por aí fora, mas é difícil. Mesmo pra gente que está coletando na rua, a gente não tem banheiro disponível em nenhum lugar, mesmo pros catador de rua.”

Uma questão que chama a atenção é que muitos dos problemas de saúde que possuem acabam sendo invisibilizados para si mesmas. Ou seja, na relação saúde-doença as condições de trabalho não ficam claras pra elas mesmas, como possíveis desencadeadoras ou causas de agravos de saúde; até mesmo o sofrimento do trabalho é minimizado; muitas trabalham com dores e mesmo acidentadas não consideram acidente de trabalho o que lhes ocorreu. Essa alienação com relação ao próprio corpo, em alguns casos, se evidencia ao não vincularem as doenças às suas condições atuais ou anteriores de trabalho como catadoras; pelas tarefas que realizam ou realizaram ou mesmo pela sobrecarga de trabalho e preocupações com obter um ganho mínimo que as fazem correr riscos, os quais não são nem de longe vistos como violação de seu direito à saúde e a uma vida saudável.

Aparecida, da Coopere descreve seus problemas de saúde como se nada tivessem a ver com o sistema de trabalho a que tem que se submeter:

“Olha, eu não tenho incômodo de trabalhar aqui não. A única coisa que me incomoda um pouquinho é porque há 3 anos atrás, eu sofri uma queda, né, e eu fui na emergência e demorei encontrar tratamento, só fazendo medicação de emergência e isso me causou uma osteoporose. Hoje eu faço tratamento com vários médicos, eu trabalho com muita dor, sabe, que minha doença não tem remédio que tira a dor... Eu caí aqui, entrando num

sábado, eu estava atrasada e eu entrei correndo, escorreguei, arranquei o tampo do joelho, e dali pra cá...gosto do meu serviço e eu gostaria de estar fazendo ele sem dor, porque é horrível, entende?”

Dona Janete, catadora avulsa ao contar o medo que sente de ser atropelada ao percorrer ruas movimentadas, pois não enxerga de uma vista, menciona o barulho do trânsito, o peso, a fome, a sede e um sofrimento psíquico a mais, como a vergonha:

“Isso tudo incomoda... aí eu procuro subir mais o carrinho, encosto e respiro... que é muito barulho sabe?... Assim, trabalhar em outro canto, eu queria. Na sombra, tomar água fresquinha, trabalhar ali direitinho, isso aí eu queria. Que a gente na rua, a gente sofre forte, passa fome, passa sede,... que eu sou um pouco meio envergonhada, tem hora que eu estou morrendo de sede e tenho vergonha de chamar na porta uma pessoa pra pedir água, porque está vendo que eu to toda suja e do jeito que as coisas estão difíceis, o povo tem medo”.

Outro exemplo interessante é o de uma catadora de outra cooperativa da zona norte que acaba por achar natural ter certas doenças devido ao tipo de trabalho e ao passar dos anos, sem imaginar que é possível um envelhecimento mais saudável.

Edna, de uma cooperativa da zona sul, menciona um acidente mas não o atribui ao tipo de atividade da catadora:

...“olha só teve um acidente que foi carregando material, mas foi lá na casa dela. Ela colhendo material na casa dela. Ficou um ano parada. Ela torceu o pé.”

De um modo geral as mulheres mencionaram o cansaço da atividade: uma cooperada da única cooperativa conveniada com a prefeitura na zona sul da cidade aponta que mulheres e homens também têm muitas dores nas costas, na coluna, nas pernas, nos membros e alergias devido ao pó.

A catadora avulsa Arlete (entrevista 15), que trabalha coletando nas ruas e separando no quintal da casa cedida onde mora demonstra esses aspectos que apontei acima:

“Eu nunca comentei esses assuntos sobre saúde, o problema meu foi o pé. Que o médico diz que é de eu ter andado muito. Eu estou esperando a consulta que eu vou passar no dermatologista; os cuidados eu mesmo estou fazendo. Não dá pra trabalhar..., dói, eu

estou andando até de bengala...”

“...já tinha e, só que agora aumentou, e o médico falou que aumentou no outro pé, são feridas. Tudo aqui [mostrou pra nós as várias feridas nos dois pés] Muita dor e o medo de arruinar, de me ver parada, porque se arruína, eu posso perder o pé! Aí como é que eu vou fazer? Como é que eu vou cuidar do meu filho sozinha, e não posso ficar aleijada, por isso que estou tratando... se eu ficar igual agora, doente que estou assim parada, é horrível, ficar sentada o tempo todo, não tenho dinheiro, eu espero sarar dos meus pés e ganhar bastante porque eu preciso duma casa, eu preciso deixar alguma coisa pro meu filho, se não não sei como é que vai ser daqui pra frente”.

Aparecida, da Coopere (entrevista 3) relata que por trabalhar nas ruas antes e ao longo dos anos vai ter que operar as mãos e gostaria de se aposentar logo devido ao problema:

“Agora vou ter de operar das mãos, estou aguardando ser chamada para a cirurgia... é por causa disso [da catação] que eu perdi as forças das mãos e agora a correção é cirúrgica mesmo. Vou ter que operar as duas mãos. Já passei no traumatologista e ele falou que não tem jeito não...mas conto com a ajuda do pessoal da cooperativa, entende? O coordenadores, quando fico dois dias sem vir, eles já sabem que eu estou entrevada, não consigo levantar, então eles já vão atrás de mim. Às vezes em nem chego a telefonar e eles já estão atrás de mim, já vão com o táxi, já me joga dentro já me levam pro hospital”.

A percepção do valor social da atividade dos catadores e as atitudes da população frente à coleta seletiva

O mínimo que o trabalho de catação propicia aos catadores/as de início é a visão de que é um serviço digno, na medida em que representa um esforço de ganhar a vida, e não se tornar à margem da sociedade e correr o risco de se envolver com atos ilícitos.

Conforme se organizam, as catadoras e os catadores vão alterando a visão que possuíam sobre o trabalho de coleta de materiais recicláveis na cidade à medida que conseguem retirar o mínimo, do que antes era visto como “lixo” (restos inservíveis), para sua subsistência e, em seguida, ao desenvolverem um trabalho que aos poucos vai sendo percebido por eles mesmos como socialmente e ambientalmente relevante. Por sua vez, parte da população, e de forma crescente, já percebe seu trabalho como necessário à preservação do meio ambiente e à qualidade de vida na cidade.

Outro elemento importante identificado na maior parte das entrevistas é a sociabilidade desenvolvida na rua entre as/os catadoras/es e a população, as relações com a vizinhança da área em que buscam coletar e que até, em muitos casos, passam a se “fidelizar”, ou seja, as pessoas guardam para elas o material que separam. A consciência ambiental resultante de sua própria visão de mundo que vai se alterando diante dessa experiência, mesmo que em meio à pobreza, melhora sua auto-estima e possibilita novos caminhos que culminam num certo “orgulho de serem catadoras e catadores”. Cria-se uma identidade coletiva para o trabalho de coleta, separação e triagem dos resíduos sólidos produzidos na cidade, ou seja, o que antes era considerado “lixo”, passa a significar benefício ambiental para a sociedade, o que os empodera como trabalhadores e modifica a visão estigmatizada dos que “catam lixo, sobras” etc.

A maneira como vão superando preconceitos também aparece em várias trajetórias. A busca por firmar uma identidade enquanto trabalhadores, resgatando sua dignidade, ficou bastante evidente em muitas entrevistas. Esse processo de mudança do olhar, no entanto, não é constituído apenas de modo espontâneo. Várias dessas pessoas entrevistadas foram resgatadas por um trabalho de assistência social por associações de catadores de origem cristã, como a Recifran ou ACRESP. Parte das entrevistadas que hoje estão trabalhando em cooperativas vieram da catação nas ruas e começaram como catadoras a partir de um trabalho de filantropia “cidadã” dessas entidades ou de comunidades vinculadas à associações religiosas que participam do Sistema Nacional de Assistência Social - SUAS, especialmente atuante com relação aos moradores de rua. Em algumas associações a atividade de catar na rua é parte da rotina de trabalho individual ou com o parceiro familiar, ou seja, coletam antes ou depois de irem para a associação onde fazem a triagem após pesarem o coletado.

Encontrando um lugar social por meio da coleta seletiva e da participação cidadã apesar das posturas contraditórias da população frente aos catadores

No depoimento a seguir percebe-se a capacidade de compreensão da catadora quanto aos impactos ambientais nas cidades, quando não se investe em educação da população para atitudes cidadãs em relação ao descarte de resíduos (caso das inundações causadas pelo assoreamento de córregos e rios).

“Aí, eu tive uma guinada de 180 graus; que isso aí começou no posto de saúde, de chamar os catadores que estavam cadastrados no posto de saúde, depois a gente começou a fazer curso. Aí a coordenadora do posto de saúde achou que eu tinha jeito pra

palestrante e ela começou a me levar pros lugares também. Ela começou a me levar pra Câmara, pra esses lugares, entendeu, aí eu estou assim entre catar e esse falar também. Faço palestras: às vezes, tem vários temas da reciclagem. É, então eu comecei a perder o medo e falar. Faz mais ou menos dois anos. O papel da coleta seletiva pra cidade é defender a própria vida, porque o que está acontecendo aí a gente está vendo a com chuva³, às vezes leva todo mundo, todo mundo pode ser surpreendido a qualquer hora. Isso aí [refere-se à coleta seletiva que as catadoras fazem] é um papel até de salva-vidas, não é só uma questão de limpeza, é salvar até vidas, né? E empregar pessoas pra ter um sustento também, tem várias finalidades aí. O meio ambiente agora está me preocupando muito, é preocupante, com essas casas aí desmoronando, as pessoas por aí perdendo a vida, está uma coisa bem preocupante, não só aqui no Brasil.”

Deise (entrevista 1) da cooperativa Vira Lata, na zona norte da cidade teve uma experiência marcante em sua trajetória pessoal e profissional. Destaca-se que o fato de a catadora participar de um programa público da prefeitura trouxe a oportunidade de uma formação em cooperativismo e, portanto, desta trabalhadora ter uma nova perspectiva de inserção social e de tornar-se, em última instância uma prestadora de serviço em um sistema público de reaproveitamento de resíduos – caminho para saída da informalidade.

“E eu tava numa situação... andava bem vestida, bem arrumada, porque o meu trabalho exigia aquilo, tá entendendo? Mas na minha casa tinha vezes que eu não tinha um pãozinho pra comer. Aí então nós começamos a juntar aquele papelão aí depois meus filhos ajudavam. Um deles morria de vergonha. Ele via os coleguinhas dele e se escondia, falava: ‘mas mãe, catar papelão?’ Eu falei: ‘meu filho é um trabalho digno como qualquer outro, nós também vamos fazer, vai melhorar nosso orçamento.’ Aí eu fui conversando com o senhor e perguntando onde ele vendia, como que ele vendia, né? Ele explicou como que separava o material, e indicou a gente pro ferro velho aonde ele vendia este material. Só que neste meio tempo a gente entrou num programa da [ex-prefeita Marta Suplicy] Marta que chamava Começar de Novo e saiu a bolsa e fiz inscrição e ganhei essa bolsa e a gente começou a fazer um curso que [nesse programa a prefeitura] dava três vezes na semana, segunda quarta e sexta e a gente ganhava essa bolsa, era 184 reais que eu ganhava. E neste curso, os monitores ensinavam como montar uma cooperativa, como trabalhar com uma cooperativa e foi assim que surgiu o projeto Nova

³ Refere-se às chuvas que, a partir de janeiro de 2010, inundaram vários bairros de São Paulo, principalmente os periféricos.

Era. Eram pessoas já de idade, de quarenta anos em diante que entraram nessa bolsa, fizeram esse curso e resolveram montar uma cooperativa. Começou do nada, alugando terreno, fazendo tendas de plástico preto... Só que eu entrei bem depois. Mas a experiência de catador mesmo eu tive na rua com este senhor mesmo. Depois larguei tudo. Tomei o gosto pela reciclagem.”

O depoimento de outra catadora avulsa, da região oeste da cidade, acentua as contradições, na relação com a população, que são vivenciadas no cotidiano quando se assume a condição de catadora; há quem colabore e há os que têm preconceitos, segundo ela, têm atitudes que depreciam e desrespeitam esse trabalho. As trajetórias pessoais partem da necessidade, mas tal trabalho provoca transformações na subjetividade a partir das vivências contraditórias na relação com a população que oscila entre a rejeição e o reconhecimento. São vários os aspectos referentes às relações que vão sendo tecidas nas ruas onde acontece a coleta de materiais recicláveis:

*Muitas senhoras ofereciam material, a gente pegava roupa também pra vestir, né? E a gente pegava porque a gente gasta muita roupa, a gente fica muito suja... **Mas alguns soltavam cachorro e a maioria não aceita que você vá mexer no lixo, brigam, dizendo que você vai rasgar, que você vai fazer sujeira, alguns fazem. Está já na rua, mas eles se sentem donos do lixo e não respeitam...***

Muitas vezes, eu tive de dizer pras donas de casa: calma senhora eu sou uma profissional, eu estou fazendo um trabalho, não só com a senhora, mas em primeiro lugar pra mim, porque vai me gerar renda, mas um trabalho pra senhora e pra toda humanidade, eu estou trabalhando, fique calma, porque o seu lixo vai pra um lugar melhor do que ele está. As vezes, eu paro e arrumo, para que essa pessoa não veja a categoria como fuçadores (hurgueteadores) de lixo como eles falam, eles fuçam e bagunçam (hurguetean y desordenan)”.

Chama a atenção, mais uma vez, a construção de uma consciência ambiental da catadora em relação aos benefícios de se destinar os materiais recicláveis para a cadeia da reciclagem. Esta compreensão revela o potencial deste segmento de trabalhadores atuarem como agentes e educadores ambientais na sociedade.

Redes sociais e institucionais

Apesar da fragilidade dos vínculos sociais de grande parte das catadoras e catadores entrevistadas/os, especialmente dos homens avulsos, mesmo os que têm família, parte das catadoras, (mais do que os catadores entrevistados) desenvolvem alguma relação

com a comunidade, seja participando em associações, equipamentos públicos que fazem algum tipo de trabalho coletivo como o citado por uma das catadoras acima, ou movimentos que lhes possibilitem resolver problemas de saúde e moradia. Foram mencionados: participação em mutirões por habitação, onde o grupo constrói em coletivo a casa com recursos do poder público ou de movimento de moradia, além de Conselhos como de direitos da criança e dos adolescentes. Trabalhos comunitários ligados à igreja também apareceram em algumas das entrevistas principalmente como um canal de participação comunitária para os filhos das catadoras. Além do Instituto Pólis, a que várias das entrevistadas se referiram por estar envolvido com a questão do desenvolvimento sustentável e o Fórum Lixo e Cidadania, apenas uma ONG foi citada como oferecendo oportunidade para seus filhos, qual seja, a Fundação Gol de Letra, criada por iniciativa de dois famosos jogadores de futebol que se dedicam a atividades educacionais e recreativas com crianças e jovens. Parte das entrevistadas participam ou participaram em algum momento de Fóruns de Catadores ou de Meio Ambiente em suas regiões. Dentre os homens entrevistados, os catadores que vivem em albergues foram os que narraram maior dificuldade de desenvolver vínculos sociais (um deles tem pouca atuação pública demonstrando um acanhamento gerado na medida em que não consegue um lugar para morar, devido à falta de renda suficiente para alugar casa ou quarto de pensão, o que o distanciou até da irmã que mora no município da região metropolitana de São Paulo).

Organização de catadores e as possibilidades de participação

O movimento nacional ou regional de catadores é uma referência no estímulo à participação, à luta por condições dignas da profissão e para impulsionar a formação de cooperativas. Algumas catadoras e catadores avulsas afirmaram não conhecer o movimento. Outros mencionaram que sua atuação é mais voltada para realizar cursos de capacitação que debatem o papel dos catadores e catadoras e para pensarem na importância da coleta seletiva para a cidade e de como incluir os catadores nesse processo gerando renda para muitos e melhorando as condições de trabalho. Algumas das entrevistadas já acumulam uma reflexão sobre a importância da formação de redes de cooperativas e grupos de catadores para obterem melhores ganhos frente às indústrias.

Dona Tarsila (entrevista 14), que trabalha e participa das lutas por reivindicações da comunidade como representante participou de várias maneiras e instâncias, refere-se ao movimento de catadores da seguinte maneira e à maior participação das mulheres:

“o movimento é cada um de nós, então tem aquelas áreas em que atua, eu acho

interessante. O objetivo acho que é melhorar a vida do catador, independente de onde ele esteja: pode ser um catador avulso ou pode ser um catador de cooperativa, de associação. O movimento tem bastante mulher, elas são bem ativas dentro do movimento”.

Sintetizando o papel da coleta seletiva para a cidade segundo as catadoras e catadores

Muitas das catadoras comentam o papel indispensável da coleta de materiais recicláveis feita nas ruas pelos catadores na cidade. Esse trecho constata a compreensão dessa importância, sobretudo com o conhecimento das possibilidades de mercado cada material no mercado e onde podem ser mais encontrados nas diferentes regiões:

(...) em termos de coleta seletiva e de reciclagem, olha pra ser sincera, não existe coleta seletiva sem os catadores. Porque quem entende mesmo de coleta seletiva é quem cata na rua, que passa a ter um relacionamento muito bom com as pessoas na rua, tanto é que tem pessoas que pegam esse material, tem gente que até lava as caixinhas, as latas pra dar o material limpo... Então a população em si reconhece o nosso trabalho. Quem não reconhece o nosso trabalho é o poder público... A gente tem que brigar muito pelas coisas.

De um modo geral, as catadoras e catadores sabem de sua importância para a cidade e é quase unânime a opinião de que no mínimo “ajudam a manter a cidade limpa”.

“ Tem a questão do ganho porque ninguém vive sem grana, mas o valor é muito mais pela questão ambiental.”

A percepção da violência de gênero

Quanto à violência doméstica ou sexual sofrida pelas catadoras, a maioria diz não ter presenciado, mas que ajudariam se soubessem de casos, orientando para a Delegacia da Mulher. Várias dentre as entrevistadas mencionaram que conhecem a existência da Lei Maria da Penha (lei que tipifica os crimes de violência doméstica e torna mais rigorosa a punição dos agressores) e que estimulariam as mulheres a registrarem um boletim de ocorrência na delegacia contra o agressor. Outras afirmaram que conhecem casos na comunidade, mas que não se envolveram pessoalmente no acompanhamento dos casos. Apenas dona Tarsila, (entrevista 14) teve uma participação mais ativa em relação a casos de violência contra mulheres catadoras, por ser uma liderança comunitária mais velha e experiente, sugerindo até mesmo a necessidade de um equipamento público de apoio às

mulheres que sofrem violência por parte dos companheiros:

“ É que a gente conversa muito e aí fica sabendo que teve violência doméstica ou sexual, agressão com a adolescente... a gente conversa e manda para a delegacia da mulher, mostro a Lei Maria da Penha, a gente conversa muito sobre isso. Eu gosto muito de mostrar os direitos e muitas vezes eu preciso ir junto. Porque, às vezes a mulher está tão deprimida, tão para baixo que não consegue ir e também não consegue voltar para casa, então tem que fazer tudo com muita cautela, porque ela é catadora e ela está na rua, está catando e quando chega em casa sofre a agressão. Eu acho que deveria ter uma Casa de Apoio à Mulher para ela voltar para a coleta e para a vida, porque quando a coisa começa a ficar tão ruim, ela não sabe o que fazer”.

Aparecida, (entrevista 3) de uma cooperativa da região central da cidade relatou que aconteciam muitos casos de violência contra mulheres por parte dos parceiros, mas tem uma posição ambígua quanto a ajudar a vítima, porque constata que as mulheres voltam com os maridos novamente. Porém, disse que orientaria a fazer boletim de ocorrência na delegacia ou exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal se a própria mulher manifestasse o desejo de ser ajudada. Nota-se que a questão da violência de gênero precisa ser melhor compreendida por sua natureza específica para melhor entendimento das razões que fazem as mulheres permanecerem no ciclo da violência e o papel do poder público e da cidadania em coibir a violência e servir de porta de entrada para acolhimento da mulheres em situação de violência. Aparecida narra algumas situações acontecidas com catadoras da cooperativa:

É importante frisar, o caso da catadora avulsa da Zona Oeste da cidade, que somente após o término da entrevista, depois de desligado o gravador, começou a chorar e confessou ter sofrido violência doméstica por parte do marido, o que explica a amargura e ironia quando falava do papel de esposa, dando a entender que a “profissão esposa” a tornou despreparada para enfrentar as dificuldades, que teve, de todo modo, que encarar e isso fez com que se isolasse do convívio social por muito tempo.

Dimensão Institucional: O que demandam das políticas públicas para viabilizar a coleta seletiva com inclusão das catadoras

A maioria das catadoras que trabalha em cooperativas e associações de catadores considera que a ampliação da coleta seletiva feita pela prefeitura por meio da Limpurb é fundamental. Considera que deveria ter mais Centrais de Triagem, para as quais a

prefeitura levaria o material reciclável para ser triado, o que traria melhores condições de trabalho já que poderia reduzir as horas de coleta na rua ou mesmo concentrar-se apenas na triagem. Cabe salientar que parte dos catadores tem a compreensão e adesão clara ao cooperativismo. Outra parte ainda busca condições de trabalho nos moldes do emprego formal, com relações de patrão-empregado e direitos trabalhistas. Para estes, a forma de trabalho em cooperativa deveria oferecer maior proteção social para os cooperados e cooperadas (que é expresso por meio do desejo de ter a carteira assinada, de ter 13º salário etc).

A respeito da gestão do sistema de coleta seletiva, as opiniões variam de reivindicações pontuais a um sistema mais amplo com participação ativa de cooperativas para venda em rede dos materiais recicláveis, solução vista como uma saída para incluir e gerar renda para catadores e catadoras que atualmente catam nas ruas da cidade.

Consideram que a prefeitura deveria principalmente fazer uma campanha de conscientização para a população separar o resíduo orgânico do seco ensinando como fazê-lo, o que facilitaria o trabalho dos catadores.

Do ponto de vista das demais políticas públicas que contribuiriam para a melhoria das condições de vida das catadoras, várias das entrevistadas destacam as creches e escolas com tempo integral, além da melhoria do atendimento nos postos de saúde pública e uma política de moradia popular são as citadas como necessárias. Pelo menos três das entrevistadas citam a importância da creche pública para poderem trabalhar. A ausência de creches também é apontada pelas catadoras avulsas como importante. É o caso da catadora entrevistada na Zona Sul (entrevista 12):

“Geralmente as mulheres que têm filhos pequenos, com quem vão deixar para ir catar? Eu conheço catadoras que têm crianças pequenas. Elas trabalham bem, mas se preocupam em deixar a criança lá, a maioria mora em beirada de córrego, sempre perigoso para criança pequena...”

Leda, cooperada da Zona Leste (entrevista 16) também menciona o problema que terá de enfrentar por falta de creche:

“Como eu tenho uma criança de 6 anos, quem cuida é meu filho de 15 anos. Agora vão começar as aulas, eu nem sei como vou fazer porque os dois vão estudar à tarde. Meu filho de 15 anos vai estudar à noite e meu outro filho de 20 anos que entra à tarde no serviço, à vezes entra à noite. Então eram eles que cuidavam do menor.”

Mesmo as cooperativas conveniadas (questões apareceram em duas das entrevistas) têm uma relação problemática com a Limpurb. Uma das dificuldades apontadas diz respeito à falta de diálogo, de participação dos trabalhadores das cooperativas quanto às decisões sobre o trabalho na Central de Triagem, sobretudo quanto à questão dos turnos exigidos sem contrapartida de melhora nas condições de trabalho.

Aspirações e projetos de vida das catadoras

Aspectos da trajetória pessoal já foram vislumbrados no percurso do texto, como o início da atividade de muitas catadoras ter sido ditado pela necessidade de sobrevivência, de sustentar os filhos, de aposentadoria insuficiente ou após traumas sofridos por atividade de perda de emprego, acidentes graves que levaram a aposentadoria por invalidez, violência e roubo nas atividades de trabalho e moradia anteriores. Dentre os catadores encontram-se outras situações: (1) o trabalho da coleta de material na rua após a superação de dependência química; (2) a relação com associações filantrópicas que facilitam a inclusão social da população de rua dando oportunidade a esses catadores de se envolverem com a coleta de materiais recicláveis para obtenção de renda de forma imediata e, posteriormente, adquirirem mais prática e organização para então participar de cooperativas com melhor rendimento.

O aspecto primordial do futuro, aspirado pelas catadoras e catadores é ter uma casa para morar, seja para si com os filhos ou com os netos. Deixar as pensões, os albergues ou mesmo de morar com parentes parece ser a primeira pré-condição de futuro. Grande parte das catadoras entrevistadas gostaria de voltar a estudar e as mais velhas de se alfabetizarem ou elevarem sua escolaridade. Os catadores também consideram a moradia a condição de manter ou constituir família. A maioria das catadoras entrevistadas considera-se “guerreira” ou “batalhadora” e a análise das entrevistas aponta que elas, de fato, são o esteio da família, são as dinamizadoras da família. Os companheiros na maior parte dos casos são coadjuvantes; parte dessas catadoras vive só com os filhos no momento das entrevistas. Aquelas que não têm problema de saúde grave e que são mais novas, pretendem continuar na atividade, mas gostariam de estar em cooperativas que possibilitassem melhores condições de vida e trabalho. Algumas catadoras avulsas consideram a flexibilidade no horário de trabalho nas ruas e ausência de patrão um arranjo adequado dadas as responsabilidades com os filhos. As catadoras cooperadas localizam de algum modo o desejo de estudar ligado à atividade da coleta seletiva e mesmo se o curso a que aspiram não tem ligação com a atividade atual; gostariam de continuar no trabalho, mas com mais qualidade de vida, sem os problemas de saúde

decorrentes da atividade, ressaltam o cansaço e praticamente a ausência de lazer.

Aquelas catadoras entrevistadas que conquistaram uma visão mais ampla do papel da coleta seletiva na sustentabilidade da cidade pensam que os filhos talvez possam ter uma trajetória na cadeia geral das atividades de reciclagem, mas a maioria quer mesmo que estudem e escolham a profissão. Não obstante, dizem viver no imediatismo, na urgência da sobrevivência e foi com estranhamento que receberam a indagação sobre o futuro. Para muitas das entrevistadas, o resgate da dignidade de trabalhadoras que fazem um trabalho relevante para as gerações futuras ou para sobreviver com dignidade já é um auto-reconhecimento gratificante.

Esperam mais do poder público no sentido de abrir portas para incluir muitos catadores/as, cumprindo seu papel na gestão sustentável da cidade, além de criar oportunidade de uma remuneração mais estável e com mais direitos, uma melhora na consciência ambiental da população em relação à coleta seletiva e uma atitude mais solidária e respeitosa frente aos catadores. Parte dessa visão é algo pelo que a maioria das entrevistadas já luta no dia a dia.

Esse debate foi aprofundado nas oficinas, onde a troca de opiniões entre as/ os entrevistadas/os iluminou as saídas coletivas e organizou as prioridades entre as demandas e alternativas de vida e trabalho incluindo a superação das desigualdades de gênero com um pilar das relações que influem numa visão de sustentabilidade mais complexa com impacto na melhora do sistema de resíduos sólidos urbanos com ampliação da cidadania.

As cooperativas são espaços que dão condições para o debate sobre novas possibilidades de organização do trabalho contemplando as necessidades das mulheres/para isso concorrem as políticas de cooperativas de catadores

2. QUESTÕES CENTRAIS RESULTANTES DOS TALLERES

Introdução

Esse capítulo irá apresentar as questões centrais resultantes do conjunto dos talleres realizados ao longo da pesquisa, dado que os conteúdos relevantes identificados no estudo apareceram de forma interligada.

Foram realizados quatro talleres ao longo da pesquisa (fora a reunião para a devolutiva para as catadoras que participaram das entrevistas):

Taller 1 - com especialistas em gênero ativistas do movimento de mulheres;

Taller 2 - com lideranças do MNCR (estudo de caso);

Taller 3 - com gestores/as da Secretaria Municipal da Habitação (estudo de caso);

Taller 4 - com gestores de diversas Secretarias Municipais: Trabalho e Desenvolvimento Econômico; Limpurb- Secretaria Municipal de Serviços; Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente; Secretaria Municipal da Habitação; Secretaria Municipal da Saúde; Casa Abrigo para mulheres vítimas de violência que pertencente à Coordenadoria da Mulher da Secretaria Municipal de Participação e Parceria (taller de validação com gestores).

O segundo e terceiro talleres referem-se aos estudos de caso realizados. E escolheu-se para tal o MNCR – Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis e o Departamento de Habitação Social da Secretaria Municipal de Habitação, conhecido por HABI Social.

O critério para a escolha do MNCR – Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis deve-se a que este movimento construiu a legitimidade desse segmento social como profissionais do setor de resíduos sólidos capazes de integrar e operar adequadamente sistemas municipais de recuperação de resíduos sólidos urbanos.

O MNCR surgiu em meados de 1999 no 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel e foi fundado em junho de 2001 no 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis em Brasília, evento que reuniu mais de 1.700 catadores e catadoras. Nesse congresso foi lançada a Carta de Brasília, documento que expressa as demandas dos catadores e catadoras materiais recicláveis. Foram realizados outros congressos de âmbito latino-americanos no contexto do Fórum Social Mundial, o que foi fortalecendo a luta dos catadores/as por direitos dentro e fora do Brasil. O MNCR conquistou ademais reconhecimento do governo federal, especialmente durante o período em que foi governado pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva, que se expressa em diversas ações, promulgação de decretos⁴ e por fim pela aprovação da Lei Nº12.305/2010.

⁴ 2002 - Classificação Brasileira de Ocupações - CBO/5192 - Institui o reconhecimento

da atividade de catador como ocupação legal; 2003 - Criação do Comitê Interministerial para Inclusão dos Catadores, integrado por

11 Ministérios, Bancos Públicos e Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis; 2004 - Implementação do sistema de coleta seletiva solidária na esplanada dos ministérios; 2005 - Elaboração da “Análise do Custo de Geração de Postos de Trabalho na Economia Urbana para o Segmento dos Catadores de Materiais Recicláveis”, com participação do MNCR, que serviu de referência para a criação de uma linha de investimentos

do governo federal para estruturação de cooperativas de catadores em todo o país; 2006 – Decreto Nº

Mais recentemente, o MNCR organizou dois grandes eventos, em 2009 e 2010 em que participaram respectivamente 1700 pessoas e ..., nos quais contou com a presença do presidente da república e no último também com a da recém eleita presidente Dilma Roussef. Tais eventos projetam a categoria dos catadores como uma força social com potencial de atuação na prestação de serviços nos 5.564 municípios brasileiros e revela também sua capacidade de organização tanto política quanto corporativa.

Vale destacar que a recém aprovada Lei Nº 12.305 da Política Nacional de Resíduos Sólidos foi regulamentada por decreto na Expo Catador 2010 e a mesma contém 11 referências à participação dos catadores/as. Além disso, foi decretada no evento a criação do Programa Pró Catador que tem a finalidade de integrar e articular as ações do governo federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento.

Por sua vez, a escolha de Departamento de Habitação Social da Secretaria Municipal de Habitação - HABI Social como estudo de caso deve-se a dois critérios: 1) ao fato de São Paulo possuir, segundo o Plano Municipal de Habitação, três milhões de paulistanos vivendo em assentamentos precários, o que também explica a importância dos Movimentos de Moradia na cidade e 2) e a que, dentre as demandas do Movimento de Moradia aos governos, uma delas estar em consonância com a orientação do Movimento dos Catadores, ou seja, os projetos habitacionais sejam *“integrados a projetos de saúde, educação, transporte, cultura, de forma a que as respectivas secretaria de governo trabalhem conjuntamente em rede”*.

5940, em que a Presidência da República que determina que todos os órgãos públicos federais, em todo o Brasil (217 órgãos, 10 mil prédios, 1.400 municípios), implementem a coleta seletiva e destinem os resíduos às organizações de catadores; 2007 Instituição da Política Nacional de Saneamento, Lei Nº 11.445/07; 2007-08; apoio a diversos projetos de fortalecimento das organizações de catadores pela Petrobrás, FUNASA, BNDES, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Meio Ambiente, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil.

Nesse sentido, foram analisadas duas experiências que são acompanhadas por técnicas de HABI Social que se desenvolveram em territórios administrados pela Divisão de HABI da região norte⁵ da cidade nos quais muitos moradores/as são catadores. Tais experiências foram relatadas na oficina⁶ com técnicas da Sehab, organizada pelo Pólis no processo da pesquisa.

Essas experiências desenvolveram-se no processo de trabalho de acompanhamento sócio-educativo das técnicas de HABI Norte junto aos moradores de áreas de risco ou moradias denominadas subnormais (favelas, cortiços, pensões etc) que vão sendo realocadas em prédios da Cohab (Companhia Municipal de Habitação) ou de outras Companhias como o CDHU (Companhia Estadual de Habitação e Urbanismo) ou prédios municipais destinados à população de baixa renda, por meio do aluguel social (abaixo será explicado).

Por fim, o terceiro critério para escolha de HABI Social como estudo de caso deve-se à que a participação das mulheres no desenvolvimento das experiências é significativa.

Relação entre o espaço doméstico e o espaço do trabalho remunerado

Uma das questões centrais que estruturam as relações de gênero aparece de imediato nos debates realizados nos talleres (e nas entrevistas). Trata-se da desigual divisão sexual do trabalho na qual as catadoras aparecem com a sobrecarga de terem de “conciliar” e subordinar a rotina de seu trabalho aos afazeres doméstico e de cuidados. Isso se evidencia na dimensão do uso do tempo, onde fica claro que as catadoras trabalham muito mais e não têm tempo livre praticamente. Quase todas se dão conta de que trabalham em média 12 horas por dia, sem contar o ir e vir do local de trabalho, atividade em que homens e mulheres levam cerca de 2 horas por dia, sendo que a maioria faz o trajeto a pé.

Especialmente as catadoras que têm filhos pequenos condicionam o seu trabalho às chamadas tarefas com os cuidados dos filhos e o trabalho doméstico, invisível socialmente, pois não visto como trabalho. Isso, sem dúvida, constrange suas

⁵ A Habitação Popular (HABI) está dividida por grandes regiões da cidade. Atualmente grande parte de seus técnicos são contratados por uma empresa chamada Diagonal para atuarem nas regionais de HABI.

⁶ A oficina foi realizada na Sehab, em 07/10/2010.

possibilidades de trabalho remunerado e o espaço em que circulam quando realizam a coleta de materiais recicláveis se são catadoras avulsas ou mesmo quando atuam em cooperativas. O uso do tempo os espaços o privado e o público (trabalho doméstico e trabalho para o mercado) é um indicador central desse constrangimento resultante da atual divisão sexual do trabalho que impacta também o seu trabalho remunerado e as suas condições de trabalho.

No mercado de trabalho tradicionalmente se paga menos para as mulheres, pois não são vistas como profissionais completas, como trabalhadoras, mas como ajudantes ou coadjuvantes do trabalhador provedor que é o homem. Ignora-se seu aprendizado e participação cotidiana como provedores de habilidades que merecem valorização. O que se vê também nessa pesquisa com as catadoras.

O nó crítico da divisão sexual do trabalho que aparece muito com relação à coleta seletiva é a divisão das atividades: os homens valorizam mais o sair coletando, pegar peso, prensar, negociar e vender e se consideram mais preparados para isso e as mulheres se situam nas tarefas de triagem, o que exige mais dedicação e atenção e exige que fiquem tempo maior num determinado local. Essa divisão costuma ser naturalizada.

A qualificação das catadoras para a triagem e a divisão sexual do trabalho

Esse é um nó crítico do trabalho de catadoras e catadores: a habilidade e predisposição das mulheres para as tarefas da seleção fina exigida pela triagem para o mercado são resultados da árdua socialização das mulheres, no entanto, essas qualificações são naturalizadas, em parte pelas próprias mulheres e homens que ao fazê-lo desvalorizam esse trabalho na cadeia do setor. Ao ser considerado feminino, advém uma carga valorativa de que seu valor é menor material e simbolicamente. Já os homens não gostam de triar, de ficar parado na mesa, preferem e podem ter mais acesso à rua, um lugar de sociabilidade também valorizado pelas catadoras, mas que elas mencionam não terem condições de “ir mais longe” devido aos compromissos com os filhos e também companheiros. Algumas catadoras, que trabalham em cooperativas e não saem mais com frequência nas ruas para a coleta, e estiveram na oficina do grupo que realizamos com lideranças das catadoras e do MNCR afirmaram “sentir falta da rua, das novidades, da informação rápida e visual, de onde acontece de tudo”, assim, indicando que ao menos aquelas que não chegam a 40 anos principalmente, consideram atrativa o rodízio de tarefas que algumas cooperativas já promovem onde sair com o caminhão, ir aos pontos de coletas ou ecopontos são valorizados por elas. Várias delas consideram triar importante, outras já acham natural e não têm preferência. O que se ressaltou é que

todas são, na prática multi-tarefas, e os homens querem se especializar numa determinada função.

A qualificação das mulheres para a triagem é também reconhecida pelos representantes de indústrias recicladoras, embora o que ocorre é a chamada “funcionalização das mulheres”: ao dizerem que as mulheres são naturalmente “caprichosas”, dedicadas e boas selecionadoras de materiais se esquivam de pagar melhor pelo trabalho de triagem que é fundamental no processo de reciclagem.

No debate com o grupo de especialista houve um momento em que se indagou se a triagem era ou não central, se agregaria mais ou menos valor no processo de coleta seletiva, se a negociação para a comercialização não seria o principal, o mais valorizado e, portanto, atividade considerada masculina e na prática onde predominam os homens.

Ao final do debate ficou claro para nós que a triagem e seleção fina de materiais recicláveis é condição central e *sine qua non* sem a qual o processo de reciclagem não se realiza de forma adequada.

Sabemos todos que os homens também separam em várias cooperativas, mas se têm outras tarefas e podem, evitam fazê-lo. Homens avulsos que trabalham com a esposa indicam que elas ficam mais na separação e que eles ficam mais com o peso e a “movimentação”, no dizer de um deles, ao se referir ao seu deslocamento na região central da cidade.

As catadoras reconhecem que é necessário haver “mudança de hábitos” tanto com relação às tarefas remuneradas quanto às tarefas domésticas. São poucas as catadoras que dizem repartir com os filhos ou com os parceiros parte do trabalho doméstico. Algumas relatam que os mesmos ajudam. Como a maioria das entrevistadas são as chefes de família, mesmo tendo um parceiro, que em geral não é o pai dos filhos, pois são de união anterior, elas acabam por justificar que são elas que devem encarregar-se de tudo e o fato de serem as responsáveis pelo maior provimento de recursos. Em alguns poucos casos compartilham a chefia conjugal. Os arranjos familiares são mais ou menos tradicionais de acordo com o aporte da mulher e o número de filhos.

Pressões no cotidiano das catadoras e seu lugar na divisão sexual do trabalho

A sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados não é, frequentemente, objeto de questionamento mas é uma problemática que decisivamente pressiona o cotidiano dessas mulheres, seja na sentida pressão psíquica sobre seu tempo, seja no cansaço extremo do acúmulo de tarefas, tão mais grave dadas as condições de trabalho sobretudo das catadoras que saem nas ruas com carroças ou carrinhos etc.

Essa sobrecarga de trabalho e as metas de coleta, quando ela é por feita por volume de produção, é bastante perversa para ambos, homens e mulheres, mas especialmente para as mulheres, que se são chefes de família, já que, mesmo sem poder, ultrapassam o peso razoável para sua constituição física.

Limites da visão sobre a violência contra as mulheres

Outra questão crucial que atinge especificamente as mulheres e também pressiona o cotidiano de muitas das catadoras é a violência de gênero. O que é possível remarcar é que a busca da autonomia e de reconhecimento da contribuição fundamental das catadoras para a coleta seletiva deve incluir a reflexão e o debate sobre a natureza da violência contra as mulheres e o seu papel na subordinação das mulheres tanto no trabalho quanto no espaço doméstico.

É inegável que os processos de capacitação “cegos para o gênero” não contribuem para uma qualificação maior de conteúdos que desvelariam os pilares da reprodução das desigualdades de gênero o que exige uma atenção não apenas marginal nos debates de um processo de coleta seletiva justo, equitativo, sustentável e solidário. Há muito a se caminhar nesse terreno.

Dentre os temas relativos à coleta seletiva dentre o movimento dos catadores e lideranças de cooperativas, o tema da violência precisa ser melhor discutido. Ainda se culpabilizam as mulheres por não conseguirem sair de uma situação de violência doméstica e se considera a bebida ou as drogas como causas e não como desencadeadoras da violência. Faz-se necessário muita formação nessa área, mesmo entre as lideranças de movimento ou cooperativas de catadores. Houve um avanço quanto às informações sobre a Lei Maria da Penha, o encaminhamento às delegacias da mulher etc. Mas a compreensão da necessidade de acolhimento de mulheres em situação de violência doméstica e sexual pela cidadania e em equipamentos e centros públicos de referência e atenção às mulheres vítimas de violência para que a rota crítica que as mulheres percorrem em busca de apoio não seja interrompida e o ciclo de violência possa ser interrompido precisa ser objeto prioritário de formação.

Impacto das inequidades de gênero na saúde das catadoras

O que chamou atenção de forma dramática é que há maior pressão física e psíquica para as catadoras, a qual influi no adoecimento dessas mulheres diante de tantas tarefas e obrigações. Muitas deixam de cuidar da própria saúde e quando o fazem as doenças do trabalho já se cronificaram, ou se agravaram enormemente. Os homens também são

afetados por uma série de doenças como as mulheres, o problema é que se queixam menos, devido à socialização masculina tradicional em que as atividades que exigem força são valorizadas e o homem não pode “reclamar de dor”.

Chamou muita atenção tanto de nós que realizamos a pesquisa quanto do grupo das especialistas que debatem conosco, a pressão sobre as mulheres, no processo de autocuidado e de não se sentirem 'livres' para fazerem um tratamento de saúde: *“acabamos deixando para depois, porque se paramos, quem vai ganhar para pagar o aluguel” ou “não posso ficar doente!”*

Apesar de todos os graves problemas de saúde decorrentes das atividades de catação, devido ao peso, ao cansaço, aos esforços repetitivos, muitas das catadoras dizem que *“tomaram gosto pela atividade e gostariam de poderem continuar trabalhando em cooperativas mas esperam que a prefeitura e a Limpurb ofereçam condições melhores para que as cooperativas façam um trabalho mais organizado e possibilite auferir rendimentos mais justos e sejam melhoradas as condições de trabalho.*

Para as trabalhadoras avulsas o peso e o cansaço extremo, o barulho do trânsito nas ruas são os maiores problemas apontados.

As catadoras como impulsionadoras da consciência ambiental

Um aspecto positivo que deve ser levado em conta quando analisamos as possibilidades de incidência no processo de coleta seletiva é que as mulheres se dispõem mais a fazerem o trabalho de conscientização e informação sobre a importância da coleta seletiva, reconhecem o seu valor enquanto profissionais e a importância da coleta para a cidade, embora os catadores homens também adquiram consciência da importância de seu trabalho. As catadoras vão, cada vez mais sobretudo se estão organizadas em associações e cooperativas, atuando como agente de consciência ambiental, fazendo palestras em condomínios, escolas e isso as empodera etc.

As cooperativas de catadores como opção de trabalho na cadeia da reciclagem

As cooperativas têm sido uma alternativa para a geração de renda para as que ficaram desempregadas ou foram aposentadas por tempo de serviço ou invalidez e outras situações para a complementação da renda insuficiente.

Embora a precariedade de muitas cooperativas, especialmente devido à crise em 2009 que fez cair o preço dos materiais e à pouca contribuição do poder público municipal em conveniar novas cooperativas ou fornecer caminhões, equipamentos como prensas, empilhadeiras, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) disponíveis em apenas

algumas delas, a maioria das catadoras que vivem essa experiência de trabalho consideram que gostariam de continuar numa cooperativa mas demandam ter mais proteção social e profissionalização.

Mais do que os riscos com segurança pessoal, gostariam de ter um reconhecimento maior pela população e talvez algumas condições como banheiros públicos e lugar onde possam tomar água, comer, descansar um pouco. Reclamam mais do preço injusto que os atravessadores, conhecido como donos de “ferro velho”, pagam.

O que observamos com a pesquisa é a diversidade de discurso e percepção entre as próprias catadoras, o que aponta para uma ampliação da identidade feminina. Muitas delas já perceberam suas capacidades e habilidades para todas as tarefas do processo de trabalho em que atuam. Sabem que podem negociar, comercializar, embora algumas por acomodação ao papel tradicional e pela maior disponibilidade e “prontidão” dos homens em ocuparem esses papéis de maior destaque acabam por se adequar ao convencional.

Os homens se identificam mais ao trabalho com definição e especialização de tarefas, e apenas uma catadora avulsa ex metalúrgica identifica o trabalho cooperado organizado como estar na linha de produção, ao afirmar porque não encontrará dificuldade em ir para uma cooperativa. No caso, ela queria ressaltar a qualificação para a triagem e a organização do trabalho.

Uma questão a ser refletida é se não deveríamos apontar uma outra alternativa de encarar a economia no caso da inserção do trabalho associado ou cooperativo, encará-la nos marcos de uma outra economia, como a economia solidária. Em todo caso, há espaço de discussão sobre empreendimentos de reciclagem como alternativa para as mulheres na economia solidária.

Outra questão que podemos refletir é sobre podermos desconstruir a atual divisão sexual do trabalho que se reproduz tanto nas atividades de catadoras/es que trabalham na ruas quanto nas cooperativas.

Devemos ressignificar as práticas relacionadas à organização do trabalho e colocar em evidência a crítica à subordinação e desvalorização das tarefas em que as mulheres estão envolvidas. Ademais, a discussão da divisão das tarefas domésticas e dos trabalhos de cuidados pode avançar com a formação entre os catadores, nas cooperativas. Como realçou uma catadora no grupo de discussão, as cooperativas favorecem o debate, as propostas e a crítica por seu ambiente de deliberação coletiva, podem ser um espaço mais democraticamente gerido.

O papel das políticas públicas

Por fim, outro nó crítico são as políticas públicas para o entorno das cooperativas ou mesmo dos locais de moradia das catadoras. Como socializar minimamente a questão dos cuidados com os filhos? A questão da creche acessível próximo ao local de moradia, da escola em tempo integral como atribuição do poder público, restaurantes populares já facilitariam o trabalho das mulheres e dos homens que assumem a tarefa de levar filhos na escola. Até agora são as mulheres em sua maioria que têm de se preocupar com os filhos, de levá-los à escola ou ao serviço público de saúde caso não possam fazê-lo, contam com a mãe ou outra mulher no bairro para essas tarefas de cuidado etc.

Outra política de suma importância além de equipamentos de saúde e educação para os catadores e catadoras apontadas por grande parte das entrevistas é a de habitação. Morar em pensões e até em albergues (mais comum entre os catadores) é relatado pelas entrevistadas como algo a ser superado e a casa um direito a ser conquistado e que se almeja ativamente. Ter uma casa, significa mais do que um teto, significa ter direito à individualidade, à viver em condições dignas com a família etc. Algumas catadoras/es entrevistadas/os referiram-se a participarem de algum mutirão de construção da casa em fins de semana, em alguns casos ligados ao movimento de moradia e no caso de um cooperado ligado a um projeto do governo federal de construção de moradia para os catadores obtido junto ao Ministério das Cidades.

Assim, há que se debater o caso de uma justiça de proximidade (Guérin, 2003) ao pensar um conjunto de políticas pública aliadas às políticas de inclusão e proteção do trabalho das catadoras/es nas cooperativas localmente distribuídas, isto é descentralizadas no espaço urbano.

Sobre a questão do trabalho, o grupo de especialistas e ativistas levantou que o trabalho por produção é muito perverso e tende a acentuar a divisão sexual do trabalho. Quais mecanismos poderiam ser criados para alterar a divisão sexual do trabalho dentro das cooperativas principalmente? Uma das hipóteses apontadas foi que igualar os salários seria fundamental para pensar uma estrutura mais justa. Mas remarque-se bem; alterar as tarefas não muda as relações de gênero em direção à equidade. Por exemplo, temos uma divisão do trabalho que desqualifica a triagem quando ela é fundamental nessa cadeia produtiva. É necessário ter claro que um dos princípios ou ideologia de gênero da divisão sexual do trabalho é a desqualificação das tarefas executadas pelas mulheres, independentemente do que elas estão fazendo. E o mercado se aproveita muito bem disso. Até mesmo as mulheres caem na armadilha de desvalorizar seu próprio trabalho. Pelo contrário, temos de reconhecer e visibilizar que as habilidades que as mulheres

desenvolveram pela sua experiência são fundamentais para a humanidade e para a sustentabilidade de qualquer trabalho especialmente essencial para a sustentabilidade de um modelo de gestão de resíduos urbanos. Portanto, trata-se de compartilhar essas experiências e habilidades para dar mais qualificação ao modelo de coleta seletiva.

As críticas à Prefeitura e subprefeituras e à Limpurb pela interrupção de um cronograma de ampliação dos convênios com cooperativas e de criação de novas centrais de triagem foram generalizadas.

Repertório de propostas de ação a partir da experiência dos atores que atuam no setor

Na conclusão dos debates foram destacadas ações e propostas já existentes e que deveriam ser potencializadas e novas propostas que emergiram do aprofundamento dos temas que apareceram nas entrevistas.

Destacou-se que algumas cooperativas estabelecem uma referência com o serviço de saúde pública mais próximo e que periodicamente fazem visitas para cuidar dos problemas de saúde dos catadores. Essa experiência positiva, em outros casos, advém de um contato com um profissional de um posto de saúde próximo que estabelece um canal de informação com os catadores organizados de alguma forma em associações e cooperativas. Assim, vacinas, problemas de agendamento de consultas, atendimento de pré-natal de catadoras grávidas e orientações de saúde são realizadas.

Numa das entrevistas na região sul da cidade, referiu-se que um dos Centros de Saúde levantou e cadastrou os catadores da região, alguns equipamentos de saúde promovem palestras sobre a importância da reciclagem e contam com a colaboração de catadoras, etc.

O que se colocou é que as cooperativas de catadores em que se tem uma comissão de saúde, ou se prevêem momentos para a capacitação, a abordagem às questões de saúde e segurança do trabalho ainda são insuficientes. Por isso, levantou-se a proposta de que as cooperativas deveriam qualificar melhor os momentos de formação e que seja acessível a todos e não haja distorção de gênero como uma das ativistas participantes relatou. Deu um exemplo de quando foi convidada para fazer uma roda de conversa sobre violência contra mulheres, inclusive numa das associações que visitamos e realizamos entrevista, a assistente social convidou a todos mas estranhou que só os homens participaram e as mulheres, não quiseram ou não puderam parar, continuaram separando. Já os homens que participaram, não pararam devido a um suposto interesse pelo tema, mas porque estavam mais livres de suas tarefas.

Esse é um caso exemplar da sobrecarga e dificuldade de participação das mulheres. E da

necessidade de uma oportunização igual de formação para mulheres e homens. Numa cooperativa é possível estabelecer e discutir critérios e temas. Além disso, propuseram que a formação fosse contada como atividade na jornada de trabalho.

Uma outra questão levantada é que a prevenção à saúde pode ser incentivada pelas associações e cooperativas. Foi proposto trazer profissionais de saúde para falar de problemas específicos e, ainda mais, construir parceria com serviços e profissionais de saúde do trabalho para entender, tratar e prevenir as doenças prevalentes nessa categoria que nos pareceram tão graves! Criar momentos de discussão em grupo e mesmo atividades físicas que possibilitem a auto-percepção do corpo e seus limites e a identificação de problemas comuns.

Outra proposta é que os Centros e Programas de Saúde do Trabalho recebam a demanda de estudar e atuar e criar um programa para as catadoras/catadores incluindo a prevenção.

Assim, a preocupação com a prevenção é decisivo para ser estabelecida como prioridade, seja com relação à saúde sexual e reprodutiva (como prevenção do câncer de útero e de mama, facilitar o acompanhamento pré-natal, à prevenção da violência de gênero, e das doenças específicas desse tipo de trabalho.

Outra questão relevante abordada pelo grupo de especialistas foi a questão da proteção social ao trabalho informal, o que no discurso das entrevistadas aparece como ter direitos, ter a carteira de trabalho assinada. A questão é como obter formas de proteção para o trabalho associado, o trabalho coletivo e em como desenhar uma política pública para esse setor de trabalhadores o que garantiria uma expectativa de futuro para as catadoras que, assim, veriam na cooperativa de reciclagem uma profissão.

Com relação à multi-funcionalidade do trabalho das mulheres, algumas catadoras no grupo lembram que há algumas cooperativas que já incentivam um rodízio de tarefas e uma delas já dividem em boxes o trabalho em duplas, um homem e uma mulher. Se existem experiências concretas nesse sentido é mais um argumento contra a acomodação à tradicional divisão sexual do trabalho. É possível reorganizar as atividades levando-se em conta esse olhar de não reproduzir a divisão atual de gênero marcada pela assimetria e hierarquia de gênero em favor dos homens.

As mulheres já sabem que sabem negociar, comercializar bem, exemplos não faltam em nossas entrevistas; os homens estão mais acomodados já que recebem dividendos patriarcais e por si só não se dispõem, mas o fazem se interpelados. Sem negociação das relações de gênero também não se avança no desenho proposta de trabalho mais sustentável para lidar com os resíduos urbanos e essa negociação deve ser assumida

claramente nos espaços público e privado.

Algumas lideranças das catadoras ressaltaram que deveríamos no caso de São Paulo organizar os cerca de 80 grupos de catadores como numa rede de colaboração mútua e “central de informação” como ponto de partida e que tivesse como tarefas um mapeamento das possibilidades de cooperativas e que se discutissem redes de apoio às necessidades das catadoras e com flexibilidade de horários e se priorizassem dentro da jornada de trabalho momentos para a discussão das questões como essas e as do compartilhamento entre todos das tarefas relativas aos cuidados com os filhos dos catadores.

Por fim, é necessário frisar a valorização do trabalho de cuidados e da defesa de meios de vida ameaçados, como é o caso dos cuidados com o entorno, com aquilo que pode ser reaproveitado, exercida predominantemente pelas mulheres pode ser valorizado na direção do compartilhamento de tarefas numa proposta de sustentabilidade de um sistema público de coleta seletiva. Esse é um desafio ambicioso mas que já pode ser colocado no horizonte.

Experiências relevantes para a construção de uma política municipal de coleta seletiva

Num outro âmbito, o dos projetos de reciclagem desenvolvidos por agentes públicos, existem iniciativas de técnicos municipais que constituem boas práticas que poderiam ser disseminadas como uma política de cooperativa de catadores junto aos locais de moradia. Tomamos como casos exemplares e por isso, vamos nos reportar às experiências desenvolvidas por técnicas do setor de Habitação Popular da Secretaria de Habitação do município de São Paulo que demonstram a viabilidade de projetos inovadores que entrelacem diversos agentes e equipamentos públicos em territórios da periferia da cidade às iniciativas de trabalho e renda com reciclagem próximo à áreas de reassentamento de moradias populares e que contém vários ingredientes que poderiam compor um modelo de política pública para a coleta seletiva.

Assim, a seguir exporemos o relato organizado pelas assistentes sociais, técnicas de HABI, nesses contextos locais onde muitos moradores, que viviam em uma área de risco, sobreviviam como catadores e foram deslocados para uma área de reassentamento no Sítio Jaraguá (em Pirituba, região noroeste). Outra experiência relatada está sendo desenvolvida no Residencial Parque do Gato e Olarias, na região central da cidade, com moradores incluídos no Programa de Aluguel Social em conjuntos habitacionais da

Prefeitura.

Origem e andamento da experiência no Sítio Jaraguá:

Nessas duas experiências muitos moradores que trabalhavam na catação de materiais recicláveis passaram a discutir, com acompanhamento técnico de Habi, a organização de cooperativas de catadores para reciclagem dos resíduos coletados junto aos novos locais de moradia.

Segundo as técnicas de Habi Norte, o trabalho iniciou-se anteriormente, na área de urbanização da Vila Nilo e consideram que, atualmente, o processo de trabalho organizativo com essa comunidade e, em especial com os catadores, está num estágio avançado porque já se formou, com os catadores, a Associação de Reciclagem Quinze Amigos.

Desse aprendizado anterior na Vila Nilo começaram a repensar o processo de trabalho de acompanhamento dos moradores do Sítio do Jaraguá, onde, além de trabalharem com os que se identificaram como catadores, passaram a atuar junto a servidores dos equipamentos públicos do local, envolvendo escolas e agentes de saúde.

Segundo as técnicas foi dado um passo a mais do que na experiência da Vila Nilo com os catadores, pois envolveram as residências e os apartamentos dos prédios construídos pela Cohab, cerca de 4000 unidades entre prédios e casas na discussão e orientação para a coleta seletiva: “começamos a ensinar a coleta seletiva nas residências e discutindo na comunidade”. O que chamou a atenção das técnicas foi o fato de que alguns catadores estavam guardando o material coletado dentro dos apartamentos.

A partir desse momento, já propuseram a organização de uma cooperativa de catadores de recicláveis e estabeleceram como meta a “*gestão de resíduos em todo o bairro*” o que vem exigindo um contato mais assíduo com os vários equipamentos públicos e seus funcionários e com a comunidade local gerando um processo contínuo de discussão em grupo com os moradores.

Essa experiência revela que a existência de um gestor no local que busque articular os diferentes equipamentos e seus agentes e as organizações da população no território gera uma integração de políticas de base local. As técnicas de HABI atuaram no entrosamento dos moradores, a partir da conscientização do potencial da conquista da habitação digna como condição de cidadania e da destinação do espaço para a organização de cooperativa para a separação dos resíduos coletados.

Essas técnicas identificaram parceiros locais que colaboraram para estruturar a capacitação e a formação e para pensar o funcionamento desse novo bairro. Uma dessas

suas parcerias foi feita, via mobilização de trabalho voluntário da ONG Ecos do Vitória que utiliza o conceito de bio-bairro o que, segundo elas, deu clareza ao sentido do trabalho social e possibilitou impulsionar o trabalho com toda a comunidade, além dos catadores propriamente. No processo de ampliação do trabalho coletivo procuram introduzir a ideia de mudança de atitude e participação de todo o bairro em várias dimensões, tais como, a saúde, a coleta seletiva nos domicílios, o trabalho educativo com as crianças através das escolas etc.

O reassentamento das famílias nesse local, em sua maioria nos apartamentos, já mencionados acima, foi feito principalmente de pessoas que vieram de uma favela que foi demolida de mais de 500 barracos e numa área ao lado de córrego contaminado com lixo. Atualmente, nesse local, já foi implantado um Parque Linear, de responsabilidade da Secretaria do Verde Meio ambiente - SVMA e fez-se a recuperação da nascente natural pelo trabalho de SVMA e, com a colaboração das técnicas de HABI, contou-se com as crianças das escolas que participaram desse momento prático de educação ambiental de resgatar e cuidar da nascente. Paralelamente, a questão do lixo como prejudicial à saúde foi integrada no rol de temas debatidos.

Os prédios possuem apartamentos de 46 metros quadrados e vários sobrados, neles formaram um grupo de **gestão participativa**, composto de comissões ou representantes de moradores, que HABI denomina gestores dos condomínios.

Organizaram a capacitação para a gestão condominial e de como tomar decisões coletivas, por meio de reuniões mensais. Além disso, pensou-se que deveriam ter previsto áreas de lazer, e equipamentos comuns. Os moradores dos conjuntos habitacionais começaram a colaborar, com o reforço de várias escolas que se comprometeram a discutir a importância e ensinar como fazer a coleta seletiva.

A técnica que acompanha esse trabalho relatou várias situações e momentos de trabalho em conjunto com os catadores que passaram a fazer visitas em cooperativas de catadores da região. Destacamos, especialmente, que na visita de uma das cooperativas (selecionadas por nós para entrevista na fase 1 da pesquisa) contaram com o acompanhamento dos agentes comunitários de saúde do Programa de Saúde da Família - PSF local, que são funcionários da Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

As técnicas ressaltaram que através das visitas de troca de experiências tomaram consciência de que na Vila Nilo haviam feito boxes separados para os catadores, numa área não edificada e que atualmente já compreendem que a melhor opção é fazer um galpão para que a separação do material reciclável seja feita em coletivo.

Ademais, no processo de troca de experiências e discussões coletivas chegaram à

conclusão de que o melhor caminho para esses catadores era a organização de uma cooperativa. A Associação de catadores da Vila Nilo e a do Sítio do Jaraguá contataram, para realizar um trabalho de capacitação junto a eles, a Cooperativa Cantareira Viva, por ser mais consolidada e legitimada e que os colocou em contato com o Movimento Nacional de Catadores (MNCR).

Quanto ao trabalho de educação para a coleta seletiva, nas reuniões da Gestão Participativa, estão tratando da instalação de coletores e ensinando a separar o lixo seco e o úmido. Para uma etapa posterior estão discutindo uma parceria com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para aproveitamento do espaço livre nos bairros para fazerem a compostagem. Esses catadores já têm no local 17 boxes, que atualmente utilizam para armazenamento do material coletado.

Nessa linha de trabalho grupal para o desenvolvimento de cooperativas de reciclagem, buscaram outra parceria com a Cooperose (outra das cooperativas onde fizemos entrevistas na fase 1 da pesquisa) com vistas a planejar e discutir a maneira correta de construção de um galpão para a triagem.

A participação das mulheres é bem maior dentre os catadores que compõem o núcleo do trabalho da cooperativa em formação.

Quanto ao conteúdo do debate, as duas assistentes sociais, a partir do contato com as experiências das parcerias, concluíram que hoje a melhor alternativa é que os bairros deveriam ter uma Central de Triagem para reciclar ali mesmo no local onde os resíduos são produzidos e fazerem em seguida a comercialização, o que geraria economia de transporte e combustível: *“essa otimização acabaria com os lixões e aterros lotados, além de que o fato de ir e vir gerar um grande desgaste para os catadores. O ideal é comprar e reciclar para eliminar os atravessadores, e os próprios catadores gerenciarem o negócio etc. Ao cuidar dos espaços públicos a gente está ensinando a comunidade a cuidar desse espaço que é delas. Aquela favela que eu falei no começo hoje é o Parque Linear que a Secretaria do Verde mantém. Seus gestores estão fazendo um bom trabalho de educação ambiental com as crianças”*.

Constatamos assim, que vários técnicos de diversos órgãos se articularam e colaboraram num trabalho integrado no território, não obstante observou-se que quando se muda um gestor mais sensível às ideias de trabalho conjunto, é comum mudar a qualidade da colaboração entre os demais órgãos.

Assim, apesar desse processo de ação junto ao bairro e especialmente junto aos catadores convergir com a diretriz de atender as necessidades do território e de articulação de atores locais que consta do Plano Municipal de Habitação, ainda não se

constituiu como uma política de gestão participativa, especialmente no tocante a proposição de cooperativas para a reciclagem no desenho dos conjuntos habitacionais no território com a colaboração de diversos órgãos públicos.

Constatamos, desse modo, que existe um espaço para um trabalho conjunto entre os órgãos públicos e esses casos exemplares demonstraram ainda que um processo de participação com os atores locais propicia aliar a questão da moradia à qualidade de vida e geração de trabalho e renda à descentralização, as quais dependem ainda da disposição pessoal e vontade política de gestores e implementadores da política de habitação social e da disposição de gestores de outras Secretarias que atuam no território.

É muito importante notar que essa forma de trabalho articulado é viável, possível e dá resultados sócio-ambientais. Trata-se de um processo de implementação de gestão participativa sócio-ambiental que podem ser considerada uma boa prática a ser disseminada, pois possibilita vislumbrar um modelo de moradia que integre a gestão de resíduos, e por fim, indicaria como possibilidade real a descentralização de cooperativas de reciclagem como parte de um modelo de habitação popular.

Como parte de um possível modelo captamos também desse caso estudado a proposta de “gestão de resíduos participativa”.

A organização na área desses conjuntos do Sítio Jaraguá fez com que uma das empresas que respondem pela coleta seletiva na cidade, a Loga (empresa concessionária, contratada pela Prefeitura), por estarem sem espaço para guardar o que tem sido coletado, os procuraram para integrá-los no percurso que já fazem na região, propondo que recebessem o material levado por seus caminhões vindos de outros locais, o que possibilitaria que os catadores organizados ali gerassem renda.

O interessante é que os catadores dessa cooperativa em organização já responderam que só aceitariam esse material oriundo de coleta seletiva se os caminhões não viessem com o coletado compactado, fato que tem sido denunciado na imprensa em vários momentos, exigindo receber esse material por meio de caminhão gaiola para que se possa realizar a triagem com melhor aproveitamento.

O caso do Residencial Parque do Gato e Olarias:

A Favela do Gato, localiza-se no bairro do Bom Retiro, na região central e Olarias fica no Pari, também nessa região, onde HABI realiza um trabalho desde 2004. Seus moradores foram integrados no Programa de Locação Social, isto é, os prédios são patrimônio público e os apartamentos são alugados à população de baixa renda de até três salários

mínimos. Os moradores pagam entre R\$26,00 e R\$90,00 de aluguel, fora o condomínio. O Residencial Parque do Gato foi construído para substituir a antiga favela do Gato, de onde muitos catadores conquistaram o aluguel social.

No caso do bairro Olarias foi utilizado um terreno da Secretaria Municipal de Abastecimento onde foram construídos 137 apartamentos e sua distribuição foi negociada com os movimentos de moradia.

A técnica de HABI responsável pelo trabalho sócio-educativo ressalta que há entre os moradores, muitos que vieram de albergues, de cortiços, e de pensões.

No levantamento atual que foi feito havia 64 catadores morando nos prédios no Parque do Gato e 16 catadores no Olarias, que tem uma variação de catadores maior entre os levantamentos realizados por HABI. No P. do Gato formaram uma Associação de Catadores chamada Arpaga que tem cerca de 33 pessoas.

Desde o início, foram os catadores que propuseram a formação de uma cooperativa e por isso, as técnicas, em conjunto com eles, foram esboçando um plano de trabalho para organizar e formalizar a Cooperativa.

Partiram de um diagnóstico do modo de realização desse trabalho de coleta e triagem. Nesses locais de trabalho uma das gestoras lembra que havia *“a cultura do Box”*. Há boxes nos 2 bairros, embora já tenham constatado que o *“ideal são os galpões porque podem ser colocadas esteiras, prensa e trabalharem coletivamente na triagem etc”*.

Os membros da cooperativa em formação não desejam aceitar novos sócios, já que estabeleceram como critério a necessidade de que novos integrantes passem por capacitação. Alegam que querem que as pessoas estejam comprometidas como o cooperativismo e concordem com as regras que estão formalizando com os atuais integrantes. Há novos conflitos a resolver. Mas a capacitação está em andamento: para esse objetivo estão em parceria com duas entidades empresariais, o Cempre e a OCES - Organização de Cooperativas do Estado de São Paulo.

Nesse processo de organização apontam gargalos como as dificuldades de encaminhamentos, burocracia e fragmentação dos trabalhos. Mas a persistência das técnicas obteve a superação de dificuldades no trabalho coletivo: conseguiu-se resolver com a Secretaria do Verde e Meio Ambiente um problema que se arrastava há anos de inclusão desses moradores nas atividades educativas sócio-ambientais.

Também mencionaram que na Unidade Básica de Saúde (UBS) de referência desses bairros havia uma rotatividade de técnicos muito grande o que gerava problemas de continuidade das ações conjuntas. Relataram que atualmente propuseram iniciar ações de saúde com os catadores e depois irão ampliando a atuação para o conjunto dos

moradores. Concluíram também que o gerente do serviço de saúde tem de estar sensibilizado, do contrário, o trabalho pode ser fragmentado. Afirmam que nessa UBS entraram técnicos novos com muito interesse nessa questão sócio-ambiental, especialmente da necessidade da coleta seletiva como importante para a saúde.

Quanto à relação com a Limpurb relataram que as condições colocadas para trabalharem junto a esses catadores seria a formalização de uma Cooperativa que possibilitasse estabelecer um convênio com a Limpurb que então assumiria o pagamento de um aluguel de até R\$20.000,00 e forneceria o equipamento necessário para a viabilização da triagem, tais como esteira, empilhadeira e balança.

Desafios estão sendo enfrentados com disposição pelos técnicos de Sehab e o respaldo da Secretaria vem sendo demandado para dar consistência a esse processo que poderia se tornar uma possibilidade nova para compor a política de habitação popular.

O papel das catadoras e pistas sobre a dimensão de gênero

Quanto à participação das mulheres, as técnicas constatam que das 20 pessoas no grupo há cerca de 13 mulheres, portanto, são a maioria. Além disso, observam que são *chefes de família 'que sustentam a casa com a reciclagem'*.

A questão dos problemas vividos pelas mulheres foram levados em conta na elaboração do regulamento de funcionamento da cooperativa que ainda não entrou em funcionamento. Talvez tenham sido levantados porque as mulheres sejam maioria nessa iniciativa atual de formação de cooperativa.

A técnica que acompanha esse processo relata como foi a discussão:

“Foi muito interessante a discussão no grupo quanto ao horário de entrada e saída numa jornada de 8 horas. Muitas mulheres têm filhos pequenos na creche ou na EMEI - Escola Municipal de Educação Infantil (de 3 a 6 anos). Uma delas disse: Ah, mais e tenho de buscar meu filho na creche mais cedo, ele sai às 16h30 e o horário vai até às 17h, o que a gente faz? Debateram a redução do horário de almoço, ou trabalhar um sábado a mais. A gente mesmo vai se organizar para a nossa colega sair mais cedo. A gente está criando condições para que ela participe e não seja prejudicada. Então tem essa discussão do horário diferenciado para quem tem o problema de cuidar dos filhos. Isso eu achei fantástico porque todos entraram no acordo e colocaram no regimento interno”.

Citam que há alguns casais que trabalham juntos. E que discutiram que irão fazer um

rodizio: quando o casal trabalha junto, o homem também vai sair para buscar o filho. Na região central a técnica identificou um senhor que sai mais cedo da reunião porque precisa alimentar o neto. Mas comenta que o grupo é bem atípico.

Outra observação feita relacionada ao trabalho das catadoras foi que dentre elas há muitas com mais de 40 anos e que *“dizem que não estão mais aguentando puxar carroça”*.

Quanto às diferenças de gênero observadas a discussão revela uma ambiguidade já que algumas das participantes declaram não haver diferenças, mas ao indagar aspectos mais precisos foram levantando alguns elementos, tais como apontar que as mulheres tomam mais a iniciativa de resolver os problemas.

Quanto à exigência da Limpurb de não utilizarem mais carroças, estão considerando que vai ser um avanço deixarem de puxar carroça *“já que o caminhão de coleta da Limpurb vai destinar o material pra gente”*.

Apontam que o maior problema para a cooperativa poder se conveniar será encontrar uma área adequada. Na região central esse tem sido um grande problema. As áreas públicas são mais disputadas e uma cooperativa de catadores não é levada a sério, precisaria ser uma política pública para que houvesse peso na negociação e disputa pelas áreas.

No caso do Sítio Jaraguá, a técnica que acompanha a partir de nossa indagação sobre as questões de gênero afirma que tem percebido que as cooperativas da região que estão sendo bem geridas tem mulheres a frente.

Quanto ao trabalho feito nos boxes, observa que as mulheres tem uma preocupação de manter limpo o lugar e limpar os banheiros.

“As mulheres se preocupam em limpar o chão onde estão colocadas madeiras, preocupam-se em levantar as madeiras, limpar para que não atraia ratos etc., os homens não...”

“...eu percebi que a maioria das mulheres que tem vindo trabalhar com reciclagem estão fora do mercado formal, tem algumas com 65 e 70 anos que estão cuidando dos netos, têm filhos presidiários, precisam aumentar a renda para ajudar. Algumas sofrem violência doméstica...além disso, noto que os homens tem um outro olhar - também de levar vantagem sobre os outros - que eu não vejo tanto entre as mulheres. Quando tem mais mulheres acontece mais assim: Vamos todo mundo trabalhar junto, vamos ganhar juntos.

Nós já percebemos homens tesoueiros , podendo querer passara a perna nos outros e ainda justificam: 'eu pensei que fosse só pra mim'.... Tem de trabalhar muito essa questão de os homens não estarem tão envolvidos quanto as mulheres que pensam no café, no lanche, em buscar os filhos na escola. Os homens não, eles trazem o material e tchau, não se preocupam com a limpeza e outras questões cotidianas”.

A técnica responsável pelo trabalho social de HABI no Sítio Jaraguá levantou como questão central na organização de cooperativas para a reciclagem de resíduos a importância da capacitação que o MNCR está realizando e identificou como muito esclarecedor a reflexão de remunerar os catadores como um agente público e prestador de serviços para a cidade. *“Eles devem ser vistos como profissionais que devem ser remunerados pelo trabalho e não serem vistos como um sub-profissional.”*

Dentre várias questões levantadas na oficina por outras participantes, uma ressalva importante foi feita pela coordenadora do Plano Municipal de Habitação ao deixar claro que essa questão da coleta seletiva na Secretaria da Habitação não ser ainda uma política pública, não obstante haja atuação em alguns locais onde há programas em andamento.

“Está previsto a construção de redes sociais de apoio ao trabalho da Habitação que funciona como uma antena capaz de captar o que está acontecendo na região, e pode ser um fomentador da coleta seletiva e alertar os outros setores da política pública municipal.... então a ideia do plano é ir seduzindo os outros setores municipal para que se faça um trabalho costurando junto”. Essa perspectiva também foi endossada pela técnica de planejamento, responsável pelo monitoramento do PMH presente na oficina: considera mais importante a identificação dos potenciais da região para na fase de pós ocupação.

Principais aspectos da oficina com gestores de Secretarias Municipais

Os gestores de diversas secretarias municipais presentes no Taller 4, em sua maioria, apesar de reconhecerem a contribuição e participação das mulheres nos projetos em que trabalham relativos ao tema da coleta seletiva, triagem e reciclagem, ainda consideram que as políticas públicas devem ser neutras do ponto de vista de gênero, isto é, não estão convencidos para o significado equalizador do recorte de gênero nas políticas.

Não obstante reconheçam ser notável a presença das mulheres em cooperativas de catadores e sua persistência na organização de cooperativas, inclusive em outras cidades, não associam a elas, socialmente falando, quaisquer características que impulsionem uma gestão inclusiva e solidária e equitativa do ponto de vista de gênero.

Salvo a coordenadora da Casa Abrigo, serviço de proteção às mulheres vítimas de

violência, as técnicas da Secretaria de Habitação presentes e, em alguns aspectos, a Secretária Adjunta da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, os demais não consideram que políticas integradas também do ponto de vista de gênero tenham eficácia na implantação de um sistema de coleta seletiva. A maioria dos técnicos considera o recorte de gênero como uma especificidade que não alteraria o resultado da política de coleta seletiva no município numa possível requalificação da mesma.

O que despontou como elemento comum foi a necessidade de uma política inclusiva que comporte a participação de cooperativas de reciclagem gerando renda para os catadores feita por meio de contratação remunerada de trabalhadores para atuarem nas centrais de triagem. A maioria considerou que os catadores/as são prestadores de serviço de natureza pública fundamental na cidade, considerando que só 1% dos resíduos coletados pela prefeitura (não do total que é gerado) da cidade é reciclado, todos os catadores poderiam potencialmente participar do processo de coleta seletiva desde que haja capacitação.

A exceção foi manifestada pelo técnico de Limpurb, o qual separa os aspectos sociais dos ambientais da política de coleta seletiva. O argumento central do referido técnico é de que o programa de coleta seletiva deve ter um caráter essencialmente técnico visando resultados ambientais, dissociando da participação dos catadores, que considera como assistencialismo. Também se manifestou contra a remuneração do trabalho dos catadores. Por fim, ainda foi debatido se os catadores/as avulsos/as devem ou não receber um pagamento pelo seu trabalho ou se o movimento de catadores deve desenvolver estratégias, em parceria com a prefeitura, para integrá-los em um programa abrangente de coleta seletiva com participação das cooperativas.

Os técnicos da Secretaria do Trabalho e da Saúde consideraram adequada e oportuna a construção de uma política mais global de coleta seletiva em São Paulo, para que não se mantenham experiências fragmentadas em diversas secretarias com orientações diferentes, e por vezes, conflitantes. Destacaram a experiência de outras cidades, com especial menção ao município de Goiânia (capital do Estado de Goiás), cuja prefeitura está estruturando e regulamentando um modelo de coleta seletiva, com participação de cooperativas. Também destacaram a importância da parceria da prefeitura com a incubadora da Universidade Federal de Goiás e com outros atores da cadeia de reciclagem, como as empresas de reciclagem.

Foi ressaltado que a experiência das catadoras na triagem deve ser requalificada num processo como um todo e que se deve estruturar os diversos aspectos da coleta seletiva, a partir da segregação na fonte geradora (separação dos resíduos secos, úmidos

e do rejeito).

Em suma, o grupo considerou que todo o processo deveria se referenciar a partir das lições aprendidas nas experiências bem sucedidas citadas no debate (Goiania, no estado de Góias Lençóis Paulista, Campinas, no estado de São Paulo etc).

No debate revelou-se o reconhecimento da importância de se ter uma política pública que regulamente o funcionamento de um sistema de coleta seletiva na cidade, desde que isso não engesse a emergência de novas iniciativas e experiências com coleta seletiva que possam trazer caminhos diferenciados levando em conta as características locais e virem a ser bem sucedidas.

O saldo em comum da discussão é que as ações devem ser integradas com diretrizes para todas as instâncias de governo municipal e a construção de uma política para os resíduos na cidade deve ser aberta à participação dos vários segmentos envolvidos no processo. Para alguns é necessário mudança de paradigma para a construção de uma política dessa natureza, *“não é mais possível que um departamento de uma secretaria seja o único responsável”* pela gestão dos resíduos sólidos da cidade. Apontam também que as Secretarias que têm interface com a questão não podem ficar de fora do desenho da política (Secretarias do trabalho, da educação, da saúde, da habitação, do meio ambiente etc) e da pactuação do poder público municipal com os diversos atores envolvidos com a questão.

Esse aspecto envolve a importância da vontade política da gestão para a configuração de uma política dessa natureza.

A Secretária Adjunta do Meio Ambiente ressaltou novos instrumentos existentes que favorecem a requalificação da política vigente de coleta seletiva na cidade de São Paulo, quais sejam a recém aprovada Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010) e a criação do Comitê de Mudanças Climáticas da Cidade de São Paulo (já que os resíduos são responsáveis por grande parte da emissão de gases de efeito estufa, especialmente o gás metano).

Quanto à questão da violência de gênero somente a técnica que trabalha com mulheres nessa situação mencionou claramente que deve haver um programa de capacitação que leve em conta a questão da modificação das relações de gênero vigentes, já que as próprias mulheres não percebem o quanto são discriminadas. Argumentou também que para romper com o ciclo da violência deve haver políticas públicas, especialmente de trabalho e renda, as quais são indispensáveis para gerar autonomia, um fator decisivo para romper com a violência de gênero. Além disso, o Estado deve prover a sociedade de creches, restaurantes, lavanderias coletivas e formar uma rede de serviços que apoiem a

gestão do cotidiano das catadoras e catadores inclusive. Para ela o problema do discurso da neutralidade de gênero nas políticas, ou seja, ver todos como indivíduos iguais é que as mulheres não são consideradas, na prática, como indivíduos com autonomia, são vistas apenas no papel de mãe, que é um aspecto importante da identidade, mas não o único do ser mulher, da sua identidade.

Para as técnicas da habitação social os catadoras/es são 'profissionais do meio ambiente', por isso esse trabalho merece ser reconhecido e remunerado.

3. ELEMENTOS PARA UM MODELO DE COLETA SELETIVA COM EQUIDADE DE GÊNERO

Introdução

É preciso primeiramente haver uma tomada de decisão política pela administração pública municipal de que deve-se requalificar a atual política pública de coleta seletiva da cidade de São Paulo e integrar o conjunto dos/as catadores/as e suas organizações no modelo já existente. Brevemente, cabe lembrar que o modelo vigente é constituído por 17 cooperativas de catadores que são conveniadas com a administração pública municipal e realizam parte do circuito de coleta seletiva (outra parte é feita por equipes de empresas contratadas), assim como a triagem e beneficiamento dos materiais recicláveis.

A seguir é necessário identificar as cooperativas e associações de catadores/as que já atuam na cidade sem convênio com o poder público (são aproximadamente 150 grupos, ou seja, em torno de 3000 pessoas) e fazer um estudo aprofundado de qual seu potencial de contribuição num sistema público de recuperação de resíduos sólidos - coleta seletiva, triagem, beneficiamento e comercialização. Isso requer a realização de um mapeamento em profundidade deste universo. Não há consenso, contudo, entre os atores participantes das oficinas quanto à integração dos catadores/as que atuam de forma avulsa, ou seja, que não estão organizados em nenhum tipo de agrupamento: os representantes do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis são taxativos quanto a que o poder público faça um mapeamento também dos avulsos/as com vistas a encontrar modalidades de integração dos mesmos, mas já os gestores públicos não expressaram uma posição tão definida nesse sentido.

Outro aspecto central para o desenho de uma política pública refere-se a atuação integrada das secretarias de governo, o que será abordado a seguir.

Concepção do modelo

O desenho do modelo de coleta seletiva deve contemplar o reconhecimento do trabalho dos catadores como um serviço estruturante da cadeia da reciclagem; mais especificamente para levar em conta a dimensão de gênero deve-se criar mecanismos participativos para dar voz às mulheres catadoras que atuam na cidade de forma a ser ouvida e levada em conta no sentido de viabilizar um modelo sustentável, saudável e solidário de recuperação de resíduos sólidos.

Dado que as catadoras têm menos acesso e dificuldade de obter trabalho e/ou emprego de qualidade e são maioria na atividade de coleta seletiva nas periferias da cidade de São Paulo e de já fazer parte de seu cotidiano a participação nas comunidades e associações locais, ou seja elas têm uma sensibilidade maior para os problemas e oportunidades no local onde vivem e circulam, portanto o governo municipal deve promover uma ação articulada intersecretarial nos diversos territórios da cidade de forma a absorver este aporte significativo das mulheres. Assim, deverá estruturar o trabalho cooperativado ou associativo para a organização da coleta seletiva. A descentralização do sistema de coleta seletiva na cidade é um elemento chave que vem sendo defendido pelo pelos diversos movimentos, e fóruns que atuam neste campo, pela lógica ambiental e econômica. Também do ponto de vista de gênero a descentralização garante o local de trabalho próximo à moradia, à escola e à creche, ao posto de saúde, reduzindo o tempo com deslocamentos e gastos com transporte, o que é estratégico no desenvolvimento de uma cidadania amigável às mulheres. Isso é conceituado como um bem viver com *justiça de proximidade*⁷.

A estruturação e organização do trabalho nas cooperativas de catadores, por sua vez, possibilita integrar e mesclar as atribuições e funções nos espaços de trabalho, o que favorece uma divisão do trabalho mais equitativa entre mulheres e homens, impedindo a cristalização da divisão sexual do trabalho tradicional.

A questão da remuneração do trabalho realizado pelas cooperativas e associações de catadores/as pode ser considerada como um aspecto central para a sustentabilidade do modelo de coleta seletiva, dado que apenas com a receita (ingresso) advindo da comercialização dos recicláveis o funcionamento e manutenção da estrutura operativa das cooperativas e associações não se viabiliza. Mas, o argumento mais importante é o de que o trabalho das cooperativas e associações é estratégico para a gestão sustentável de resíduos sólidos da cidade de São Paulo.

⁷ Noção empregada por Isabelle Guérin no artigo Sociologia Econômica e Relações de Gênero, in Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres, 2003.

Por fim, há que se estabelecer um núcleo de acompanhamento de políticas de igualdade e equidade de gênero nas políticas públicas, no MNCR e na dinâmica das cooperativas e associações.

No planejamento do programa de coleta seletiva é preciso levar em conta a articulação mais complexa do uso do tempo e do espaço e da infraestrutura urbana de forma a contemplar as necessidades das mulheres o que irá facilitar o cumprimento das diversas tarefas relativas tanto às atividades de coleta seletiva, quanto às suas outras necessidades (deslocamentos, moradia, saúde, educação (especialmente levando em conta os cuidados requeridos pelas crianças), o cuidado com as pessoas idosas e serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência de gênero).

Implementação do programa

O primeiro passo nesta etapa de implementação de um programa de coleta seletiva é realizar um diagnóstico das situações de inequidade de gênero existente entre os catadores/as avulsos/as e na organização interna das cooperativas e associações de catadores/as, ou seja, identificar as práticas atuais que produzem efeitos discriminatórios e que reproduzem desigualdades, visando propor alterações com a participação das interessadas. Este diagnóstico deve ter caráter participativo e ser realizado de forma intersecretarial e intersetorial contando com especialistas em gênero, lideranças do movimento de mulheres e do MNCR e outros atores que tenham acúmulo no tema.

Conforme os próprios gestores apontam no debate do tema é fundamental que se construa um programa de caráter intersecretarial de forma a viabilizar a *integração de políticas de base territorial*. O programa de coleta seletiva deve ser implementado tendo como referência o território onde as cooperativas e associações já atuam e os demais atores locais que podem interagir com o processo de coleta seletiva e assim fortalecer sua atuação. Isso, além de garantir uma maior eficiência e efetividade na implementação do programa permite a promoção de ações que tomem em conta as dimensões de gênero, criando sinergia, responsabilização conjunta e possibilitando o melhor acesso a informações centrais para a superação das desigualdades de gênero. Neste sentido, também cabe salientar que as experiências desenvolvidas pelas Secretarias de Habitação, Verde e Meio Ambiente, Saúde, Serviços e Desenvolvimento econômico e do Trabalho devem ser tomadas como referência institucional de forma a absorver as lições apreendidas, tanto nos seus aspectos positivos quanto nos negativos.

Outro pilar estratégico na implementação do programa de coleta seletiva refere-se a

estruturação de uma campanha de sensibilização da sociedade para separar e disponibilizar adequadamente seus resíduos. As catadoras jogam um papel central no desenvolvimento dessa campanha visto que elas já atuam como agentes de sustentabilidade porque adotam a perspectiva do cuidado com o outro e com o entorno como algo essencial para a produção do viver. Essa habilidade deve ser tomada como uma qualificação pró-ativa junto à comunidade no sentido de atuarem como agentes de mudança de atitudes da população e dos organismos públicos favoráveis à necessária capacitação de todos para a separação do material reciclável desde os locais de moradia. Por fim, um elemento estratégico na implementação de uma política pública de coleta seletiva com integração de cooperativas e associações de catadores/as é estruturar um programa de capacitação para equidade de gênero que leve em conta os seguintes temas: a distribuição equitativa do trabalho entre mulheres e homens - a relação do espaço doméstico e do espaço de trabalho remunerado a partir da compreensão da combinação das rotinas e trajetórias implicadas na vida doméstica e na profissional, ou seja, entre o âmbito público e o privado. A capacitação deve tornar visível a assimetria da divisão de responsabilidades dentro da família e no ambiente de trabalho. Ao se compreender estas relações se explicitará o déficit de sociabilidade e de autonomia das mulheres, especialmente daquelas com filhos/as, com ou sem cônjuges. Uma formação dessa natureza facilita o entendimento das desigualdades de gênero, da desqualificação das atividades domésticas e de trabalho das mulheres catadoras, assim como da violência contra as mulheres.

Acompanhamento e avaliação do programa

Fazer um seguimento da situação das mulheres catadoras avulsas e cooperadas/associadas do ponto de vista da alteração mais igualitária da atual divisão sexual do trabalho permitirá a redefinição permanente do programa de forma a impedir que se reproduzam as desigualdades de gênero ou reapareçam de novas formas.

Em síntese, a partir do conjunto dos elementos acima colocados, pode-se enfrentar ao mesmo tempo a geração de trabalho e renda, a sustentabilidade ambiental urbana e a superação das desigualdades de gênero no processo de desenho, implantação e avaliação de uma política pública municipal de coleta seletiva e de gestão de resíduos urbanos.

4. RECOMENDAÇÕES PARA POLÍTICAS DE RESÍDUO SÓLIDOS URBANOS COM

EQUIDADE DE GÊNERO

Dado que foi sancionada e regulamentada a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei Nº 12.305/2010 a prefeitura de São Paulo deverá, assim como os demais municípios do país, promover as devidas adequações no desenho da política pública de resíduos sólidos vigente na cidade.

As recomendações a seguir foram extraídas dos conteúdos levantados na pesquisa e abordam a capacitação, estratégias para ação e pesquisa científica.

Capacitação

Estratégias metodológicas para formação

1. Estratégias para formação e capacitação de lideranças tanto do movimento de catadores quanto de lideranças de cooperativas:

- a metodologia deve conceber as mulheres catadoras como agentes de sustentabilidade que a partir da perspectiva do cuidado com o outro e o entorno tomada como sua qualificação pró ativa junto à comunidade tornam-se agentes de mudança de atitudes da população e dos organismos públicos favoráveis à necessária capacitação de todos para a separação do material reciclável desde os locais de moradia.

2. O movimento de catadores deverá promover a socialização das catadoras para a tomada de decisões e avanço das oportunidades objetivas para postos de decisão compartilhada nas cooperativas de catadores.

Conteúdos

Compreensão da relações de gênero como eixo estruturante das relações sociais em todos os âmbitos.

Reconhecimento da qualificação das mulheres catadoras nas atividades de triagem como eixo estruturante da cadeia da reciclagem e como uma especialização.

Empoderamento das catadoras para as atividades de negociações e para a gestão financeira da cooperativa.

Desnaturalização do papel das mulheres como única responsável pelos cuidados com crianças, idosos e afazeres domésticos, pelo debate do conceito de divisão sexual do trabalho.

Conhecimento dos fundamentos sociais da violência de gênero.

Construção da autonomia das mulheres no campo do trabalho, da saúde, da educação,

do direito ao lazer e dentro da família.

Estratégias de ação

Poder público

Repartição das responsabilidades familiares por meio do provimento de equipamentos sociais e serviços públicos, em consonância com documento da OIT “Trabalho e Família: Novas formas de conciliação com Co-Responsabilidades Familiares” (2009).

Incluir em todas as etapas na agenda política pública de resíduos sólidos urbanos indicadores da situação das mulheres catadoras em relação à situação dos homens catadores (análise comparativa entre os sexos).

Desenvolver políticas públicas de igualdade e equidade de gênero no âmbito municipal.

Desenvolver uma política de atuação em rede intersecretarial e intersetorial contra violência contra as mulheres que articule os serviços locais de atendimento a mulheres vítimas de violência.

Propor junto ao Comitê de Apoio do Programa Coleta Seletiva Solidária (já existente) a construção de um Grupo de Trabalho para impulsionar as questões de gênero junto às diversas secretarias.

Criar um Comitê Intersetorial e Intersecretarial - representantes de secretarias de governo e de redes e movimentos da sociedade civil – para o acompanhamento de políticas de igualdade e equidade como um instrumento de controle social.

Cooperativas

Desenvolver redes de solidariedade e cooperação entre as catadoras para enfrentamento de problemas que vão se configurando no dia a dia, ou seja, criar mecanismos de socialização e troca de experiências, inclusive sobre a divisão do trabalho entre mulheres e homens o que deveria ter lugar em momentos especialmente criados dentro da jornada de trabalho de modo sistemático em busca de soluções compartilhadas.

Do ponto de vista sócio-econômico ter em vista os distintos grupos de catadoras e seus variados arranjos familiares, lembrando das chefes de família e das mulheres com mais de 40 anos; mulheres em situação de vulnerabilidade ou vítimas de violência doméstica.

Articular a experiência de incubação de cooperativas de catadores/as desenvolvida em diversas universidades no processo de requalificação do programa de coleta seletiva

Considerar a flexibilização nos horários de trabalho para as catadoras/es com responsabilidades familiares.

Pesquisa tecnológica

Planejar o desenho dos equipamentos usados nas cooperativas tendo as diferenças ergonômicas etc (ex. luvas específicas para mulheres).

Referências Bibliográficas

CARRASCO, Cristina. La sostenibilidad de la vida humana: un asunto de mujeres? *Mientras Tanto*, nº 82, 2001. Barcelona.

GUÉRIN, Isabelle. Sociologia Econômica e relações de gênero. In: GODINHO, T. E EMÍLIO, M. (orgs) *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher. PMSP, 2003.

HIRATA, Helena. *Nova Divisão Sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.

OIT. *Trabalho e Família: Novas formas de conciliação com Co-Responsabilidades Familiares*. Brasília: PNUD/OIT/SPM, 2009. Publicado também em espanhol.

KERGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M. E MEYER, D. (orgs) *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

SORJ, Bila. O trabalho doméstico e de cuidados: novos desafios para a igualdade de gênero no Brasil. In: SILVEIRA, M.L. E TITO, N. (orgs) *Trabalho Doméstico e de Cuidados: Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana*. São Paulo: SOF, 2008.